102ª SESSÃO ORDINÁRIA 30OUT2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Diretório Central de Estudantes da UFRGS, que tratará de assunto relativo ao meio passe estudantil. O Sr. Fellipe da Silva Belasquem, 1º Tesoureiro, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. FELLIPE DA SILVA BELASQUEM: Boa tarde a todos e a todas, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; vou começar me apresentando: me chamo Fellipe da Silva Belasquem, sou estudante de ciências econômicas, tenho 23 anos, sou tesoureiro do Diretório Central dos Estudantes e titular do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O DCE ocupa a tribuna da Câmara na tarde de hoje para trazer informações sobre uma pesquisa encomendada pelo Diretório à Equilíbrio Assessoria Econômica, empresa júnior da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

Antes de entrar na apresentação dos dados que nós obtivemos nesta pesquisa, eu queria agradecer, em especial, o Ver. André Carús, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe, e, no nome dele, agradecer os demais componentes dessa frente, que têm travado um diálogo permanente com o movimento estudantil desde que o projeto sobre o meio passe ingressou nesta Casa.

Cabe ressaltar também que o DCE encomendou essa pesquisa com recursos obtidos na confecção do TRI escolar. Muitas vezes, esses recursos são questionados, eu acho que prestar conta do uso desses recursos é sempre importante, ainda mais quando eles são utilizados para trazer dados tão relevantes à discussão de um projeto que impacta tantas pessoas na cidade de Porto Alegre.

A pesquisa, como eu disse, foi desenvolvida pela empresa júnior da Faculdade de Economia da UFRGS, e, como todo projeto da empresa júnior, ela é orientada por professores da Universidade, então, todos os dados que foram obtidos até aqui seguiram um rigor estatístico e metodológico no nível de excelência da nossa Universidade Federal. Ela se dividiu em três etapas: uma, já concluída; a segunda, em fase de conclusão; e a terceira, a ser desenvolvida no próximo período. A primeira etapa consiste numa análise de setor, fez todo um estudo de como a tarifa é calculada em Porto Alegre, a população estudantil da nossa Cidade, enfim, dados sobre os usuários em geral, o que também nos dá alguns indícios relevantes nesta discussão. A segunda etapa é uma pesquisa quantitativa, em que mais de 900 estudantes foram entrevistados e 765 respostas foram utilizadas na definição dos dados, então uma amostra bem relevante que seguiu a estratificação da população estudantil da nossa Cidade. A terceira etapa vai consistir numa pesquisa qualitativa junto aos setores de economia de Porto Alegre que possam também ser prejudicados com o eventual fim do meio passe. Então eu queria, na tarde de hoje, apresentar alguns dos resultados desse trabalho para que eles possam subsidiar a discussão que vai acontecer no próximo período nesta Casa Legislativa.

Quanto à análise de setor, sobre o cálculo da tarifa: baseia-se na divisão simples do custo total do sistema de transporte público pela receita total obtida do mesmo. A Prefeitura pega o total gasto, divide pela receita que obteve e com isso chega no valor da tarifa. É uma divisão simples que é realizada. A lógica do pacote enviado à Câmara baseia-se, essencialmente, em reduzir a tarifa aumentando o denominador da fração, ou seja, aumentando o volume de receita obtida pela retirada das isenções de diversos segmentos. Já que os custos são pouco mexíveis, a ideia é fazer com que mais receitas entrem retirando isenções, retirando gratuidades de diversos setores da nossa população.

Creio que há falhas importantes nessa lógica. A primeira delas é desconsiderar que o volume de receita obtida se dá pelo valor da tarifa vezes o número de usuários. Então continuar aumentando o número de usuários do sistema é muito importante para que essa lógica se sustente, não dá para apenas considerar o volume de recursos que entra e considerar o valor eventual pago pelos usuários. É preciso que o número de usuários esteja no centro dessa discussão, e o pacote enviado parece desconsiderar essa importante variável. A segunda é apresentar que, pelo fato de os isentos representarem cerca de 35% dos usuários atuais, caso as isenções fossem extintas, a passagem seria

35% mais barata. Isso parte de uma lógica de que todo o usuário isento passaria a ser pagante, premissa que não se sustenta. Não é todo mundo hoje que recebe a isenção e que, com o fim dessa isenção, desse benefício, passaria a ingressar no sistema como um pagante no valor total. É aquela regra de três que a EPTC apresentou no último período, ela não se sustenta – e o decorrer da pesquisa demonstra isso com muita clareza. Basta verificar que, ano a ano, a tarifa aumentou acima da inflação, acima inclusive do aumento dos custos relacionados ao transporte, como diesel, salários, etc; e que o percentual de isentos se mantém estável, sempre por volta dos 30%. Então, se a tarifa aumenta acima da inflação, se os custos se mantém sendo elevados também no nível da inflação, se os números de isenções se mantêm sempre instáveis, a tarifa tem que aumentar sempre tão acima da inflação? É porque o número de usuários do transporte coletivo diminui ano a ano, é isso que explica o ciclo vicioso de aumento tão elevado da tarifa no último período.

É importante ressaltar também que, como eu disse, o número de usuários declina ano a ano. Em 1994, nós tínhamos, mais ou menos, o equivalente a 3,1 usuários pagantes por quilômetro no sistema de transporte; em 2015, o número é de 1,72. Então o que explica esse aumento, mais uma vez, é a diminuição do número de usuário. E a solução, portanto, passa, em primeiro lugar, em atrair mais usuários pagantes para o sistema de transportes. E o que faria aumentar o número de usuários? Uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria aponta alguns caminhos. O primeiro deles é, de fato, a tarifa. Uma redução da tarifa faria com que, de fato, mais usuários utilizassem o sistema de transportes. Mas não para só por aí, o segundo ponto, tão importante quanto, é a cobertura das linhas. Outro ponto relevante apontado é a questão da segurança, e, em quarto lugar, é a questão do conforto. O pacote que o Prefeito envia a esta Câmara ataca exatamente todos esses quatro pontos: ao retirar o meio passe aumenta, dobra a tarifa para um volume muito significativo de pessoas; ao tentar retirar a segunda passagem e implementar baldeações, afeta em muito a questão da cobertura das linhas; ao retirar a obrigatoriedade de ter cobradores, afeta diretamente a questão da segurança; ao propor aumento da vida útil da frota, também afeta diretamente a questão do conforto. Então, os quatro pontos apontados em uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria, que fariam mais pessoas utilizarem o sistema de transportes, com o conjunto do pacote enviado pela Prefeitura, faz com que, exatamente, o efeito seja ao contrário: mais e mais pessoas saiam do sistema e deixem de utilizar o transporte coletivo na Cidade. Ou seja,

se o pacote for aprovado, ele aprofunda o ciclo vicioso e vai tornando, cada vez mais, o sistema de transporte público insustentável.

Pois bem, feita essa primeira etapa, que a pesquisa aponta todo o contexto e a lógica em que se insere a questão do transporte coletivo na nossa Cidade, nós tivemos a preocupação de produzir alguns dados, por exemplo, o perfil socioeconômico do estudante de Porto Alegre: quantos por cento dos estudantes perderiam o direito; quais seriam as projeções de diminuição real da tarifa; quantos por centos dos estudantes, caso acabasse o meio passe ou se restringisse em nível proposto pela Prefeitura, continuariam no sistema e quantos sairiam, deixariam de consumir em quais setores da nossa Cidade para custear o aumento do custo com a tarifa. Todos esses dados não foram apresentados pela Prefeitura quando propôs a restrição do meio passe. Então, nós fizemos o esforço de produzir esses dados através de uma pesquisa quantitativa que entrevistou mais de 900 estudantes, que considerou 765 questionários e fez uma tabulação de dados que podem permitir algumas inferências nesta tarde. Primeiro, quero dizer que hoje a população estudantil de Porto Alegre, entre estudantes de ensino médio e ensino superior, é de 134.174 pessoas; destas, 41.786 são do ensino médio e 92.378 são estudantes de ensino superior. Então a pesquisa quantitativa seguiu essa estratificação.

O fim do meio passe é uma medida que atinge essencialmente os jovens – 88% dos estudantes do ensino médio de Porto Alegre têm menos de 18 anos; 81,5% dos alunos do ensino superior têm menos de 25 anos. Então é importante frisar que é uma medida que atinge essencialmente a juventude da nossa Cidade e que, muitas vezes, é dito que se tem uma preocupação com a juventude, medidas como essa esclarecem de fato qual é o nível de preocupação com esse importante setor da nossa Cidade. Do total das famílias com renda superior a três salários mínimos, que é o nivelador da proposta, 64% dos estudantes de Porto Alegre estão acima desse nível de renda. Ou seja, praticamente 2/3 dos estudantes da nossa Cidade, se esse pacote for adiante, perderão o direito ao meio passe. Se a gente for estratificar entre o ensino médio e o ensino superior, 43% dos estudantes de ensino médio perderão o direito e 72% dos estudantes de ensino superior perderão o direito ao meio passe. Ou seja, três quartos dos nossos jovens do ensino superior em Porto Alegre perderão um benefício cinquentenário; 87,13% dos estudantes entrevistados...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Um minuto para sua conclusão, Sr. Fellipe.

O SR. FELLIPE DA SILVA BELASQUEM: Para concluir, muitos outros dados, além destes, vão ser apresentados em uma entrevista coletiva que está agendada para o Plenário Ana Terra, às 18h, com a Equilíbrio, com os desenvolvedores da pesquisa, vai ser aberta à imprensa, vai ser aberta à comunidade em geral, para esmiuçar os detalhes desses dados. Vale ressaltar apenas mais um: 30% dos estudantes disseram que sairiam do sistema de transporte, então a Equilíbrio também fez uma projeção de quantos centavos poderiam ser reduzidos da tarifa com o fim do meio passe, e só R$ 0,04 é previsão de redução da tarifa com o avanço desse projeto. São alguns dados importantes de serem apresentados à Câmara para subsidiar a discussão. Reforço o convite para que todos estejam no dia 9, às 18h, aqui no Ana Terra, para ter contato com a pesquisa completa. Agradeço pelo espaço, e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos. E é importante que se diga que acabar com o meio passe não resolve o problema da tarifa, pelo contrário, aprofunda e faz mal à cidade de Porto Alegre. Muito obrigado pelo espaço. Boa tarde a todas e a todos.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido o Sr. Fellipe a fazer parte da Mesa. Quero anunciar a presença do Dep. Maurício Dziedricki, ex-Vereador desta Casa; acompanhado dos Vereadores do PTB de Montenegro, Ver. Neri de Mello Pena, “Cabelo”, Presidente da Câmara Municipal de Montenegro, e Ver. Juarez Vieira da Silva. Sejam muito bem-vindos, tenham uma boa estada conosco aqui nesta tarde.
O Ver. André Carús está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, primeiro, quero agradecer a oportunidade do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS compartilhar com o conjunto dos Vereadores os resultados importantes de um trabalho científico que foi contratado pela entidade, valorizando também a produção que existe no interior da universidade, que é por meio da Equillíbrio, a empresa Júnior, que atua junto à Faculdade de Economia. E os dados são reveladores daquilo que já sabemos: que o fim

do meio passe, além de provocar a evasão escolar e de não contribuir para uma redução da tarifa que se persegue ou a melhoria na prestação de serviço do transporte público em Porto Alegre, pode também fazer com que esses jovens se insiram no cenário antagônico ao que vivem hoje, se insiram num cenário de desemprego, de falta de oportunidades, de falta de qualificação e, por que não também, na criminalidade.

Foi nesse contexto que nós propusemos e aprovamos por unanimidade e temos realizado diversas reuniões e movimentos pela Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe. É importante que já foi dito aqui e estendido o convite – e reforço –, no dia 09, teremos mais uma reunião da Frente, às 18h, aqui no Plenário Ana Terra, onde esses dados todos das etapas produzidas pela pesquisa contratada pelo DCE da UFRGS serão divulgados. E esse é um convite que se estende aos órgãos de imprensa, ao movimento estudantil tanto do ensino médio como também do ensino superior, aos demais colegas Vereadores e à sociedade de um modo geral. O pacote do Executivo que retira isenções e gratuidade deve ser debatido, mas a preservação do direito ao meio passe é a preservação do direito de acesso à educação e a oportunidades para a juventude em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Queria cumprimentar o Fellipe, cumprimentar todos os integrantes da gestão do DCE e das entidades estudantis que nos acompanham na tarde de hoje. Quero dizer da importância da pesquisa. Embora eu tenha estado no DCE, na primeira versão da pesquisa, na atividade da Frente Parlamentar, a que foi apresentada hoje já é uma segunda etapa que tem estratificação daquilo que comprova que 2/3 dos estudantes do ensino superior seriam brutalmente atingidos por uma medida extremamente elitista do Governo Marchezan, este projeto de lei que tramita na Câmara de Vereadores e que quer restringir o meio passe. Além disso, por óbvio, há a questão da própria lógica do sistema que faz, com o aumento das tarifas e com a piora da qualidade dos serviços, com que mais gente deixe de andar de ônibus e, portanto, seja mais um argumento para o capitalismo sem risco, que tem se configurado na forma de

funcionamento das empresas de ônibus no Município de Porto Alegre, aliás, em vários municípios do Brasil. Inclusive as Jornadas de Junho, um dos grandes momentos históricos do País, nasceu com essa indignação da juventude pelos 20 centavos, mas não foi só pelos 20 centavos, foi evidentemente por mais direitos, pela luta das mulheres, dos LGBTs, enfim, pelas liberdades democráticas, além do transporte coletivo.

Então quero parabenizá-los pela pesquisa. Vou estar no dia 9, acho que a Frente pode pensar em fazer uma cartilha com esses dados, conversarmos com o nosso Presidente, com os integrantes da Frente para chegar em outros lugares e publicizar esses dados que são extremamente preocupantes. E mais do que isso, que sirva de motor de luta. Nós não temos dúvida de que a passeada de 11 de agosto, construída com unidade, com a UMESPA, a UGES, as correntes dos movimentos estudantis, com os DCEs, com os Grêmios, que foi fundamental para que até agora não se tenha votado nada nesse pacote e tenhamos ganho na Justiça a segunda passagem gratuita. Então, parabéns pela luta, certamente a pesquisa vai ser muito útil nessa batalha contra a retirada dos direitos da nossa juventude.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Presidente Cassio; seja bem-vindo, Fellipe, leve a nossa saudação a toda diretoria do DCE. A nossa colega Fernanda já falou pelo bloco de oposição, eu falo agora pela bancada do Partido dos Trabalhadores – pela Ver.ª Sofia Cavedon, nossa Líder; Vereadores Oliboni, Sgarbossa, e este Vereador. Quero dizer que, em bom momento e num bom caminho, o Ver. Carús propôs esta comissão do meio passe, que está tendo uma repercussão, está conseguindo unificar os vários movimentos em defesa do meio passe. Quero elogiar a postura do DCE de buscar na academia, entre os colegas, a empresa júnior para que pudesse fazer a pesquisa, nos ajudar com dados concretos. Imagine, Fellipe, quantos estudantes prejudicados têm que pegar dois ônibus! As pessoas têm que botar na cabeça que estudante não só estuda de segunda a sexta-feira, mas têm que passar o fim de semana indo a cursos, aulas nos sábados, fazer seus trabalhos e encontrar seus colegas. Nós estamos integralmente na mobilização e vamos

antecipar as jornadas em defesa, porque em fevereiro pode vir bomba e devemos nos antecipar. Nós somos da paz, mas não entregamos as nossas conquistas. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença do Sr. Fellipe da Silva Belasquem, 1º Tesoureiro do DCE da UFRGS. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h39min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (14h40min) Estão reabertos os trabalhos.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.ª Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do 50º aniversário do Teatro de Arena e do Instituto Estadual de Artes, nos termos do Requerimento nº 182/17, de autoria da Ver.ª Sofia Cavedon.
Convidamos para compor a Mesa o Diretor do Instituto Estadual de Artes, o Sr. Clóvis Rocha; e também o Sr. Hamilton Braga. Vice-Presidente da Associação de Amigos do Teatro de Arena. A Ver.ª Sofia Cavedon, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, não podíamos deixar passar os 50 anos de um teatro da Cidade, meio século de existência, de vida rica, que contribui fundamentalmente para a cultura de Porto Alegre, sem esta Câmara Municipal registrar este momento e as diferentes facetas, atores que construíram essa história.

Gostaria de cumprimentar o Clovis Rocha, Diretor do Teatro de Arena e do Instituto Estadual de Artes Cênicas – Ieacen, obrigada pela presença; cumprimento também o Vice-Presidente da Associação dos Amigos do Teatro de Arena, o Hamilton Braga, que trabalha na cultura e milita pelo teatro desde a sua criação. Queria registrar a presença, para a nossa honra, do Ludoval Campos, ator nos primeiros anos do Teatro Arena, e também do Zezo, ator do Teatro de Arena desde os primeiros anos, testemunhas vivas dessa história. Cumprimento também o nosso ex-Governador e ex-Prefeito, Olívio Dutra, que veio prestigiar esta homenagem e que tem um compromisso muito forte com a cultura e sempre demonstrou isso nas suas gestões e na sua atuação.

O Teatro de Arena foi fundado em 1967 por um grupo de artistas independentes, liderados por Jairo de Andrade; também faziam parte Alba Rosa, Araci Esteves, Hamilton Braga e Câncio Vargas. Época da ditadura militar, o Teatro de Arena se caracterizou pela sua atuação politicamente engajada, criticando o regime e acabou fechado em 1979 por contingências econômicas. Comentavam os atores na época que foi a picaretas que os artistas cavoucaram naquele espaço embaixo do edifício que compõe o Viaduto Otávio Rocha, que faz, em 1º de dezembro, 85 anos.

Eu quero traduzir com as palavras muito bem recuperadas deste livro maravilhoso Palmas para o Teatro, sobre o inventário do teatro. O Paulo José, famoso artista global, disse que tudo no Arena era diretamente político e que o Arena aumentou o diálogo com o País ao convidar vários diretores de outros estados para suas montagens, diretores como Wagner Melo, Ana Maria Taborda, Luiz Carlos Arutin, João das Neves, Rubens Siqueira, Aderbal Freire Filho e Mário Masetti, além do espanhol José Luiz Gomes, que trouxeram a Porto Alegre novas concepções cênicas. O Teatro de Arena, portanto, para além do teatro, construído, conquistado pelos artistas em um espaço que era privado, e depois vamos recuperar o protagonismo do Estado ao torná-lo público, foi principalmente uma grande escola, uma grande ponte para jovens artistas em formação, uma grande oportunidade para a cultura de Porto Alegre, com certeza um marco fundamental para que essa cultura

tivesse a pujança que tem hoje, o intercâmbio com o mundo que tem hoje, Recém terminou o Porto Alegre em Cena, e o Luciano Alabarse, que é um dos diretores, seu idealizador, foi ator do Arena, faz parte dessa história, com certeza. Essa cidade que marca essa conexão latino-americana, eixo sul, com a cultura dos nossos artistas do Uruguai, da Argentina, que seguidamente estão aqui, tem muito a ver com a tradição, com a persistência, com o trabalho continuado do Teatro de Arena, que, apesar de ter ficado fechado um tempo, nunca deixou de estar no universo e na demanda dos artistas locais. E a segunda homenagem, Hamilton, é para a Sonia Duro, que lá em 1979, o Dilmar Messias, na época diretor do Ieacen, foi convidada para dirigir o Arena, reabriu o Arena e seu objetivo foi criar o Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Documentação de Artes Cênicas do Rio Grande do Sul. A Sonia era uma produtora cultural, faleceu em 2002, e agora se dá o seu nome a esse centro de pesquisa que tem pérolas, que tem um grande inventário, um grande patrimônio do teatro, ali no espaço do Arena. Portanto, nós temos um centro de documentação e de pesquisa sobre teatro, cultura e que potencializa as escolas de artes e de teatro, como a da UFRGS, como todos os nossos grupos de teatro, teatro de rua e pesquisadores de teatro da cidade de Porto Alegre.

Então, vou encaminhando a minha fala, dizendo que a gente precisa se orgulhar de mais desta perola que é o Arena, reconhecendo que a recuperação dele foi na gestão do Carlos Appel, para demonstrar o reconhecimento a gestões que não são do meu partido e que valorizaram, protegeram e ampliaram o investimento em cultura. Isso, para nós, é fundamental, porque um governo que abre mão de investir em cultura, abre mão de constituir cidadania e do sucesso e da eficácia das políticas públicas... A cidadania que a cultura traz, o pensamento e a reflexão são fundamentais para isso. Enfim, o Arena merece a nossa homenagem, também, porque é o único espaço que nós temos no formato de Arena, que pode ter até quatro lados. Eu tenho ido com três lados funcionando. É um espaço único, procurado por peças exclusivas e que produz, na verdade, estimula e desafia grupos a produzir peças de teatro aproveitando e potencializando esse formato.

Então, nos orgulhamos de mais, queremos valorizar e parabenizar todos os que o construíram, todos que militam em sua defesa. E eu vou deixar para o Clóvis contar as novidades, que, dentro de um desmonte geral dos espaços culturais, de tentativa de privatização e de políticas que direcionam apenas à iniciativa privada, a gente tem boas

notícias no Arena, e queremos usá-lo como exemplo. E queremos dizer, como falei a todos vocês, Vereadores e Vereadoras, que nós nos orgulhamos, Ver. Cassio, V. Exa. que já no seu segundo ano de mandato e que promove a mostra de arte no espaço do Teatro Glênio Peres, aqui. Eu espero que um dia a gente possa festejar os 50 anos do Teatro Glênio Peres, com teatro, com música, com circo, como estamos assistindo, aqui, na Câmara Municipal. Eu vim, neste sábado, e assisti o espetáculo Atma, encantador, maravilhoso, com mais de 40 pessoas para além das cadeiras que tem o Teatro. É uma grande resposta de Porto Alegre, porque, em Porto Alegre o cultivo do teatro tem muito a ver com o papel que o Arena construiu e todos os que militam em torno do teatro.

Vou, Ver. Dr. Goulart, encerrar com o poema O Teatro, de Luiz Coronel, V. Exa. que diz poemas de cor e o Olívio Dutra também o faz: "O teatro põe a vida em sobressalto sobre vulcões. (Lavas, são lavas incandescentes, as palavras.) Há um monge à procura de orgias. E um grito rompendo apatias./ O teatro estilhaça as vidraças pacatas do cotidiano e extrai, da boca da esfinge, verdades contundentes./ Há um rei em andrajos e uma princesa louca./Na boca do palco, um riso mordaz e uma lágrima oca./O teatro desata os nós do ridículo ao atroz./ O teatro despe os dogmas e tira as comendas dos mitos./ Levanta os tapetes e expõe os conflitos./ O teatro coloca a vida no espelho./Num cenário de berços e mortalhas, um sátiro faz arruaças./O teatro aguça o ouvido e atiça a fome./O teatro afronta os deuses perquirindo o destino dos homens."

Um viva ao Teatro de Arena, um grande exemplar da luta e da persistência pelo teatro na cidade de Porto Alegre.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Obrigada, Ver.ª Sofia, e ao Presidente Cássio Trogildo, que cedeu este tempo. Quero cumprimentá-la pela iniciativa, cumprimentar o Clóvis, o Hamilton, por esta passagem tão importante, uma homenagem necessária a uma história da arte, da cultura e uma história da resistência, a história daqueles que usaram todos os instrumentos para defender a democracia, para lutar contra a ditadura. E o nosso Teatro de Arena, que além de tudo isso foi palco de variadas, milhares de peças nestes 50 anos de histórias, merece todo o nosso reconhecimento, nosso carinho e a convicção de que viva muito mais do que 50 anos, com todas as condições para desenvolver a arte, a cultura, com a sua liberdade de expressão, como seu desenvolvimento criativo e sempre comprometido com as grandes

causas da sociedade. Parabéns e contem com a Bancada do PSOL aqui na Câmara. Parabéns, Sofia.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Fernanda, que tem com a sua bancada compromisso com a cultura. Encerro, Presidente, fazendo menção a Rafael Guimarães, agradecendo a ele, e tentei hoje achar meu livro que inventariou a história do Arena, um livro muito bonito de Rafael Guimarães, que também escreveu sobre a história do Mercado Público, das enchentes em Porto Alegre, acho que é um grande escritor que honra essa história.

O Sr. Dr. Goulart: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado, Ver.ª Sofia Cavedon. Boa tarde meus queridos amigos, Sr. Presidente, queria dizer da maravilha que foi o Teatro logo depois que a gente saiu daquele golpe militar que nos açodava, nos machucava, e quando vínhamos do Rio de Janeiro, junto com o meu pai, que era de sobrenome Goulart, que não interessava para aquele momento. Acho que o Teatro de Arena, naquela época, ainda não existia, estava começando. Mas eu lembro que aqui no Teatro Leopoldina acabaram com a peça Roda Viva, quebraram tudo com o Chico Buarque apresentando aquele trabalho aqui. Depois, lembro também de assistir Super Star no mesmo teatro, uma peça maravilhosa. Lembro também quando Paulo Autran, apresentando-se no Liberdade, Liberdade, falou um poema, entrada de Shakespeare, que dizia assim: “Sou apenas um homem de teatro. Sempre fui e sempre serei um homem de teatro. Aquele que empresta a sua vida a esses metros de tablado, este é um homem de teatro. Por isso, operário do canto me apresento sem marcas ou cicatrizes, limpas as mãos, minha alma limpa, e espelho a minha palavra com a força de um documento. Para distrair pessoas de si, por aí já tão desatentas, eu não canto, jamais canto, eu só canto quando brilha nos olhos de quem me ouve a esperança.” Um beijo para o Teatro de Arena. (Palmas.)

O Sr. Airto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Meu caro Presidente Cássio, nosso amigo particular, diretor do Teatro de Arena e também do Instituto Estadual de Artes Cênicas, querido Clóvis Rocha, nossa sudação, é bom tê-lo conosco; igualmente, o Sr. Hamilton Braga, Vice-Presidente da Associação de Amigos do

Teatro. E nós estamos aí nessa comemoração dos 50º Aniversário do Teatro, quero trazer um abraço a nossa Ver.ª Sofia que propôs esse nosso encontro nesta tarde. Vejam a importância do encontro, a importância da presença dos senhores conosco e da importância dos 50 anos do nosso Teatro de Arena. Eu falo aqui em meu nome, em nome do nosso Ver. Paulinho Motorista, em nome do nosso Partido, o PSB, nesta tarde. E dizer que 50 anos do teatro em Porto Alegre, e dizer que o Teatro de Arena hoje, não sempre, mas nos dias atuais, é um teatro conhecidíssimo, reconhecido e compreendido pela sua importância no contexto do Estado e, muito essencialmente, no contexto da nossa Cidade. Eu conheço o Clovis e o Hamilton há muito tempo, sei da caminhada de vocês nessa condução das coisas do teatro em Porto Alegre, principalmente conduzindo o Teatro de Arena. Portanto, o nosso abraço, parabéns, bom tê-los conosco nesta tarde, e, mais uma vez, parabéns, Ver.ª Sofia, por trazer este tema. Aqui se comemoram diversas datas; agora, 50 anos, o quinquagésimo aniversário, é algo superior e interessante para todos nós. Vida longa a todos nós e ao Teatro de Arena.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigado, Ver. Airto Ferronato, sempre apoiador da cultura.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero compartilhar com vocês que, frente à notícia desta homenagem que fazemos hoje, aos 50 anos do Teatro de Arena, por meio da proposta da Ver.ª Sofia, não tive como não refletir imediatamente sobre esse senhor chamado tempo, e como ele é incrível em sua permanência e velocidade. O Teatro de Arena completou 40 anos durante o primeiro ano da minha gestão como Secretária da Cultura do Estado, em 2007, ou seja, há 10 anos, assim, me remeti às ações e projetos que foram realizados para marcar aquela data. A diretora que trilhou conosco o caminho do Arena naqueles quatro anos de trabalho foi a atriz, produtora cultural e educadora da área de artes cênicas, Viviane Juguero. Ela foi uma jovem diretora totalmente disposta e dedicada a buscar o melhor para aquela instituição tão respeitada e tão importante. Foi uma época de muitas parcerias e de união de forças de parceiros que vislumbraram na oportunidade de realizar serviços para o Teatro de Arena uma forma de agregar valor às suas marcas, de apoios para a confecção dos materiais gráficos e de mídia, convênio com estacionamento, pensando no bom acesso do público. Em 2009, conseguimos

viabilizar, durante o mês de fevereiro, a pintura de todas as salas e espaços; e o Teatro recebeu a classe artística e os espectadores em março – novinho em folha! Também foi feito um aprimoramento em todo o seu equipamento de luz para os mais diversos efeitos de iluminação, e os refletores ganharam reforço na instalação, garantindo, assim, a segurança ao público, aos artistas e aos técnicos que trabalhavam com esses equipamentos. As melhorias foram possíveis graças ao empenho da direção, dos apoiadores qualificados e da Associação de Amigos do Teatro de Arena. Um ponto importante foi a retomada, pela Secretaria de Estado da Cultura do Prêmio de Incentivo à Pesquisa Teatral, o edital foi aberto no 2º semestre de 2009. Digo que as dificuldades se apresentaram, mas a lembrança daquele período é positiva, pudemos contribuir com ideias, com soluções e com a responsabilidade devida para a história desse lugar, carregado de significado e que tanto orgulha a história do teatro gaúcho. Parabéns ao nosso Teatro de Arena e a todos os profissionais que por lá passaram nesses 50 anos, desde os seus fundadores, que o constroem e o mantêm pelo bem da cultura. Muito obrigada.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigada, Ver.ª Mônica. Esse teu depoimento mostra que, com garra e militância, quem construiu, quem atua e quem vai ao Teatro de Arena nunca deixou que ele fosse abandonado depois daquela crise de 1979. Então longa vida ao Teatro de Arena e à cultura do nosso Estado e da cidade de Porto Alegre.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do ex-Prefeito e ex-Governador, Olívio Dutra, e do Ver. Filipe Turatti, da bancada do PT, de Bom Retiro do Sul.
Convido a Ver.ª Sofia Cavedon e os demais Vereadores que assim o desejarem para fazermos a entrega do Diploma ao Sr. Clovis Rocha, Diretor do Teatro de Arena e do Instituto Estadual de Artes Cênicas – Ieacen, e ao Sr. Hamilton Braga, Vice-Presidente da Associação dos Amigos do Teatro de Arena.

(Procede-se à entrega do Diploma.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Hamilton Braga, Vice-Presidente da Associação dos Amigos do Teatro de Arena, está com a palavra.

O SR. HAMILTON BRAGA: Esse tipo de cerimônia de homenagem é sempre bastante emotiva. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a presença de todos que aqui estão, aos Srs. Vereadores, as palavras da Ver.ª Sofia Cavedon, proponente desta homenagem; cumprimentar aqueles Vereadores que eu conheço mais pessoalmente, o Ver. Oliboni, o Ver. Adeli Sell, somos amigos há muitos anos; o Marcelo Sgarbossa, a Fernanda Melchionna, que sempre nos visitava no Projeto Asteróide, que cuidava de meninos de rua, na Feira do Livro; o Roberto Robaina, que foi colega do Julinho, meu filho mais velho; o Ver. Ferronato, o Ver. Nedel; a Ver.ª Mônica, claro, do tempo da Secretaria de Cultura, quando eu já era presidente da Associação dos Amigos do Arena.

Eu quero, neste momento, fazer, inicialmente, uma homenagem especial ao grupo de fundadores do Teatro de Arena, já citados pela Ver.ª Sofia ; o Jairo de Andrade, que era o grande líder do nosso grupo, que está adoentado há quase dois anos, acamado em função acidente vascular-cerebral; a Alba Rosa, a Araci Esteves, que continua, eventualmente, atuando como artista, como atriz, está morando na Serra, agora; Câncio Vargas, que foi um dos fundadores do Arena, falecido há uns dois anos – está o irmão dele aqui, o Zezo, que foi um dos atores dos primeiros tempos do Teatro de Arena, trabalhando em vários espetáculos. Zezo e Câncio, só para fazer uma referência histórico-familiar, são filhos do poeta João da Cunha Vargas, do Alegrete, que eu sempre acho que as milongas do Vitor Ramil fazem mais sucesso porque a maioria delas são em cima de poesias do João da Cunha Vargas. No período em que Olívio Dutra era Governador, foi criado o espaço Sonia Duro, homenageando a Sonia, que foi a produtora cultural que dirigiu o Arena só no período da reforma e coordenou toda a reforma do Teatro de Arena, a convite, na época, do Secretário da Cultura, nosso querido amigo professor Carlos Appel e do Dilmar Messias, que hoje está na direção do Teatro São Pedro e que era o diretor do Ieacen, na época. Homenagear o Ludoval Campos, que nos dá alegria da sua presença, um ator que está há mais de trinta anos fora do Rio Grande do Sul e que foi um ator importante nos primeiro anos do Arena. É importante ressaltar neste momento em que a arte e a cultura continuam sendo, cada vez mais, um baluarte, digamos assim, contra a barbárie que nos ameaça, às vezes de muito perto, lembrar a

importância da resistência do Arena nos primeiros anos, um período difícil em que o teatro funcionava sem qualquer ajuda governamental e deu alguns passos extremamente ousados. Eu era um dos fundadores, o Ludoval e eu trabalhamos com pá e picareta, quem conhece o Teatro de Arena sabe que o espaço do palco hoje foi cavado pelas mãos de um grupo de jovens atores – o Ludoval deveria ter uns 15 anos, eu já tinha 20 e poucos. Na época, tivemos, inclusive, ajuda da Companhia Carris Porto-Alegrense, porque, bem no centro de onde é o palco do Arena hoje, tinha uma grande rocha de granito. Nós estávamos em dúvida, era um período difícil, período do regime militar, e a Companhia Carris era dirigida por um Coronel do Exército, mas nós fomos, falamos com ele e ele autorizou. Então, com um daqueles martelos hidráulicos, eu acho que era esse o nome, estacionou um caminhão que tinha o motor sobre o viaduto, desceram os marteletes lá e rebentaram a rocha. Quem entra no Arena, logo à direita, tem um pedaço significativo dessa rocha lá como testemunho da nossa ação dos primeiros tempos.

Acho bastante significativo receber uma homenagem da Câmara Municipal de Porto Alegre, que é uma Casa que já está fortemente marcada pela atividade artística, com uma galeria de arte com o nome do importante artista bajeense, Clébio Sória; o Teatro Glênio Peres, acho que nasceu em Porto Alegre, deve ter sido Vereador, no mínimo, uns 20 anos, jornalista, ator, e que dá nome ao teatro que hoje realiza anualmente uma mostra de artes cênicas e música, com bastante sucesso; uma Casa que tem um telecentro que homenageia o magnífico educador, Paulo Freire; a Escola do Legislativo que homenageia a Ver.ª Julieta Batistioli, a primeira mulher Vereadora no Estado do Rio Grande do Sul, importante militante feminista do passado; a biblioteca com o nome do jornalista, acho que foi Vereador alguns anos e professor, Alberto André. Eu lembraria, para que tenha uma dimensão aproximada talvez da importância do Teatro de Arena na vida cultural e artística do Brasil, do Estado e de Porto Alegre, daquele período, o espetáculo Mockinpott, por exemplo. O Arena cometeu a ousadia de trazer um diretor da Espanha, José Luiz Gómez, que ficou aqui um período, vários meses, e o espetáculo recebeu importantes prêmios, inclusive um dos prêmios mais importantes do teatro no Brasil, que era o prêmio da Associação Paulista de Críticos Teatrais. Ficou quase um ano em cartaz em diferentes teatros do Rio de Janeiro, fez apresentações em São Paulo, Brasília, Curitiba, em outras cidades, teve também uma demonstração importante de solidariedade da classe artística quando, somente três horas antes da estréia, em São Paulo, o

espetáculo liberado, tudo *o.k.* com a censura, o superintendente da Polícia Federal, em são Paulo, na época, resolveu proibir a apresentação, o que motivou a ida de uma caravana de artistas ao Palácio do Planalto, em Brasília, incluindo Fernanda Montenegro, Elis Regina, liderados pelo Jairo, que era o diretor do Teatro, e o espetáculo Mockinpott foi liberado. Para terminar, lembro a ousadia de contratar o diretor Wagner Melo, que veio de São Paulo para cá e ficou um ano em Porto Alegre. O Jairo alugou um apartamento para o Wagner, e ele dirigiu importantes montagens aqui.

Termino agradecendo a proposição da Ver.ª Sofia Cavedon, homenagem prestada pelo Legislativo de nossa Cidade reconhecendo a contribuição fundamental para a arte e para a cultura do Rio Grande do Sul, representado pelo nosso Teatro de Arena. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Muito brigado, Sr. Hamilton, a quem convido a retornar à Mesa. O Sr. Clóvis Rocha, Diretor do Teatro de Arena e do Instituto Estadual de Artes Cênicas, está com a palavra.

O SR. CLÓVIS ROCHA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) A parte histórica do Teatro de Arena creio que já foi bem dita pela Ver.ª Sofia Cavedon, a quem quero muito agradecer a proposição da homenagem a este tão querido espaço, ao *cult* espaço Teatro de Arena, como ele é tido aqui em Porto Alegre, que completa, neste ano, 50 anos de história. A criação do Teatro de Arena, como já foi falado, por Jairo de Andrade, Alba Rosa, Araci Esteves, Hamilton Braga e Câncio Vargas, está incrustada não somente no antes, mas, principalmente, no agora, e é assim que nós estamos tentando trabalhar no Teatro de Arena, incutindo, trazendo a história a quem não a conhece, para que não se repitam os erros que já aconteceram. Sou um artista, estou como Diretor do Teatro de Arena, além de acumular direção do Instituto Estadual de Artes Cênicas. Assumi em agosto de 2015, sou muito agradecido pelo convite recebido do Secretário Vitor Hugo, da Sedactel, o que me honrou muito. Sou muito agradecido pela oportunidade de, como artista, conseguir desenvolver um projeto de reconstrução, realmente fazer acontecer algo que fique para o teatro, que esteja para o teatro e para aqueles que dele usufruem, o que faz parte da minha personalidade, que é lutar por construir realmente,

deixar algo, não somente projetos, poder deixar algo concreto e importante para nosso querido Teatro de Arena e para o Centro de Pesquisas Sonia Duro, espaço de resistência cultural e cerne de tantas criações que já aconteceram e acontecem no Teatro de Arena. É uma das mais importantes heranças cênicas do Estado e do País, tem um grande acervo material e imaterial que deve ser revisto e conhecido como lição histórica para as lembranças das pessoas que passaram por esses momentos tão difíceis no nosso País e para aprendizado dos mais jovens, o que nós estamos tentando fazer, para que, com os exemplos, possamos dizer não à repetição dos erros do passado.

No Teatro de Arena buscamos uma nova relação que se faz necessária nesses tempos tão difíceis como estamos passando na Cidade, no Estado, no País e que, sem uma nova visão de construção de novos tipos de parceria, não conseguiríamos fazer o que estamos conseguindo fazer e construir dentro deste espaço público. Nesse tempo em que estou à frente da Direção do Teatro de Arena, foi construída uma ótima relação com a sua equipe de trabalho, com os artistas e com o público, começando por uma boa e intensa programação, algumas acontecidas por iniciativa do próprio Teatro de Arena, como a Semana da Mulher, que já teve duas exitosas temporadas; o Brique Cênico, que está acontecendo nas escadarias da Borges; a Semana do Teatro e da Dança; a Semana do Folclore; o Festival 50 anos de Arena, que contou com 32 dias de atividades ininterruptas entre espetáculos de teatro, dança, música, cursos, oficinas, seminários e festas, tudo a valores populares, ou gratuitamente, sempre com uma programação construtiva, democrática e popular.

Estou feliz por termos construído a possibilidade de ter, dentro desse teatro, pela primeira vez, um PPCI atualizado conforme pede a lei; por termos conseguido a parceria e doação do Projeto Decolagem, uma doação de todos os equipamentos de som, luz, iluminação, cabeamento, microfones, novos, e que vamos receber em fevereiro de 2018, o que transformará totalmente o mais importante, o coração do teatro, a caixa preta do Teatro de Arena será transformada; por termos conquistado o maior prêmio de montagem e pesquisa do Arena até o momento; por termos conseguido a reforma do teatro, ganhando um projeto arquitetônico de restauro e reforma do tão importante espaço Sonia Duro; e também ganhamos um projeto para a nova fachada do Teatro de Arena. O balanço é pensar que estamos fazendo a construção do possível, utilizando as possibilidades que temos no momento, mas com ótimas perspectivas, algumas que já são concretas,

fazendo acontecer com as oportunidades que têm surgido, com boas iniciativas, com o apoio da Sedactel, o importante apoio da Associação dos Amigos do Teatro de Arena, mas, principalmente e acima de tudo, da dedicação dos funcionários e dos artistas que lutam por seus espaços e que realmente fazem o Teatro de Arena ser o que é. O mérito dos 50 anos do Teatro de Arena ser reconhecido como ele é, como teatro politicamente e culturalmente engajado, esse espaço tão querido dos porto-alegrenses, é mérito tão somente dos artistas que por ele passaram e passam, é deles o porquê da sua existência, o reconhecimento desse tão querido e engajado espaço cênico. Conhecido como Teatro de Arena, o espaço da resistência e da construção cultural. Feliz aniversário, Teatro de Arena, feliz aniversário, Porto Alegre, Estado, País, por ter um espaço que ainda prega um engajamento cultural e político, feliz todos nós por termos o Teatro de Arena. Parabéns a todos, muito obrigado pela homenagem. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vamos chegando, então, ao final desta homenagem aos 50 anos do Teatro de Arena, proposição da Ver.ª Sofia Cavedon. Queremos agradecer a presença do Sr. Clóvis Rocha, Diretor do Teatro de Arena e do Instituto Estadual de Artes Cênicas; também do Sr. Hamilton Braga, Vice-Presidente da Associação de Amigos do Teatro de Arena; do ex-Prefeito e ex-Governador, Olívio Dutra; e de todos os demais visitantes desta tarde que aqui estiveram para esta homenagem. Muito obrigado a todos. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h24min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h26min) Estão reabertos os trabalhos.
O Ver. Clàudio Janta está com a palavra em Comunicações.

O SR. CLÀUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, membros desta Casa, eu queria usar esse período para saudar todos os meus colegas comerciários não somente de Porto Alegre, mas também do Rio Grande do Sul e do Brasil. Hoje se comemora o Dia do Comerciário, uma categoria que, em Porto Alegre, tem mais de 110 mil trabalhadores, distribuídos nos *shopping centers*, supermercados, farmácias,

funerárias, autopeças, comércio lojista, atacadista, de gêneros alimentícios, comércio em geral. Mais de 17 ramos do comércio, pessoas que vendem sonhos, que realizam sonhos, desde um simples produto de bazar, de uma roupa a um medicamento, a um gênero alimentício, a um imóvel, a uma casa, a um carro, a tudo que uma pessoa almejar, atrás de um balcão, tem um comerciário, que trabalha 12, 14 horas por dia para realizar esses sonhos. Este ano, apesar de todas as dificuldades, de todas as mazelas apresentadas pela nova reforma trabalhista, os comerciários, junto com seu sindicato, fecharam um acordo, assinado semana passada, que garante, em convenção coletiva, o negociado sobre o legislado, o que começa a vigorar agora, no dia 11: não ter mais os 40% do Fundo de Garantia; mulher vai poder trabalhar grávida e amamentando em local insalubre; uma série de coisas que o Congresso Nacional aprovou. Só que a convenção assinada pelos comerciários de Porto Alegre – Ver. Idenir Cecchim, que foi dirigente do Sindilojas, que tem uma afinidade com a Direção do Sindilojas e CDL –, pelas duas entidades, prevê o pagamento dos 40% do Fundo de Garantia, prevê que todas as rescisões do comércio sejam feitas, assistidas e homologadas pelo Sindicato. A convenção assinada pelas duas entidades não permite trabalho insalubre para as mulheres gestantes e amamentando. A convenção assinada pelas duas entidades garante auxílio creche para as mães comerciarias. A convenção assinada pelas duas entidades garante quebra de caixa para os trabalhadores que trabalham no caixa; garante um salário de ingresso de mais de R$ 1,38 mil; um reajuste com ganho real acima de 6% da inflação; quinquênio; um prêmio para trabalhar aos domingos e feriados... Então prevaleceu a vontade dos trabalhadores e prevaleceu a visão dos empresários que precisam estar junto com os colaboradores, pois as duas partes precisam estar juntas para alcançar seus êxitos.

Neste Dia dos Comerciários, nós temos ainda questões para discutir, estamos com mais de 190 mil pessoas desempregadas. Estamos entrando no Natal, é preciso preparar a mão de obra para entrar no comércio, precisamos gerar mais empregos ainda no setor do comércio. Comércio e serviços são aos maiores empregadores da nossa Cidade. Posso dizer que, na entressafra do campo, o comércio e os serviços são os maiores empregadores do Rio Grande do Sul. Então eu queria deixar aqui, aos meus colegas do comércio, um grande abraço, dizer que somente a nossa união permitiu que houvesse esses avanços na convenção, que somente a nossa união permitiu que nós

avançássemos e garantíssemos a permanência dos nossos direitos adquiridos e avançássemos na convenção para ter aumento real, para garantir as cláusulas econômicas e sociais. Parabéns a todos os comerciários de Porto Alegre, a todos os comerciários do Rio Grande do Sul e do Brasil pelo nosso dia. Vida longa aos comerciários! E parabéns aos aniversariantes do dia de hoje, ao Ver. Oliboni e ao meu filho Cássio, que hoje completa 25 anos. Então hoje é um dia muito especial: Dia dos Comerciários e dia do aniversário do meu filho. O comércio está na minha alma, tanto que o meu filho nasceu no dia dos comerciários. Muito obrigado. Uma boa tarde a todos.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Janta, quem imaginava que eu e o Ver. Janta não nos entendêssemos está enganado. Vim aqui na tribuna para reafirmar o que V. Exa. disse aqui: a importância do sindicato dos trabalhadores do comércio e das entidades patronais, a importância do diálogo entre eles. Não houve vencidos; só houve vencedores. Os comerciários com as garantias do empregador, mas o empregador não fez isso só porque o Ver. Janta ou o nosso companheiro Neco são competentes. Eles são competentes, mas o empresário quis o comerciário perto, fazendo parte da sua empresa, dividindo empresários e trabalhadores para as funções do comércio, que é desenvolver a Cidade. E esse acordo foi mais além. Nós vamos ter, por exemplo, o comércio aberto aos domingos no Centro. Isto é o recomeço, Ver. Janta, de revitalizar o Centro novamente, com pessoas indo ao Centro. Eu só espero que não aumente mais o número de camelôs aos domingos, que é o dia em que o comerciante gasta mais e é o dia em que o comerciário também faz um sacrifício; ele ganha mais, mas ele faz um sacrifício, com a opção de levar um pouquinho mais de conforto para a sua família, ele deixa de ficar em casa e vai para o comércio. Todos, é um mutirão, Ver. Janta.
Devemos homenagear o Neco, o Presidente do Sindicato, e todo o Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre, e V. Exa. também, que é um mentor da Força Sindical, um homem que trabalha com uma visão adiantada. Tenho certeza que os comerciantes de

Porto Alegre e de Alvorada, que é onde o sindicato abrange, estão muito contentes, porque eles têm um acordo com os seus trabalhadores, um acordo limpo, claro, à altura dos dois interesses. Isso mostra que é possível, é muito possível fazer isso, ainda mais com a nova legislação trabalhista. Eu acho que este contato direto da entidade, do sindicato dos trabalhadores junto com quem dá o emprego ou quem gera o emprego é uma demonstração. Tenho certeza de que isso servirá de exemplo para muitas cidades do Brasil, Ver. Janta. Queria cumprimentá-lo aqui. Queria cumprimentar o sindicato, queria cumprimentar o Neco, o nosso amigo Neco, Presidente do Sindicato, com o Paulo Cruzi, com o Presidente da CDL, o Debus. Tenho certeza de que, junto conosco, Ver. Janta, muitos Vereadores estão festejando esse acordo, que mostra que é possível valorizar quem trabalha e valorizar o empregador, valorizar o empresário também, que corre o risco junto, mas que paga o seu imposto, e a nossa Cidade terá que dar em troca uma diminuição do número de camelôs. Terminar com esse comércio de calçada, que não paga imposto e tira o emprego desses comerciários que fizeram o acordo. Tira o emprego desses funcionários. Quem está na frente de uma loja sem pagar nada não está em crise social; crise ele está causando naqueles que estão dentro da loja, dos funcionários, dos comerciários. Esses, sim, têm prejuízo. Porque essa mercadoria que é vendida sem nota na calçada, sem pagar imposto, sem pagar luz, sem pagar leis sociais, sem nada, isso prejudica diretamente o comerciário, que acaba de fazer um grande acordo com o comerciante. Por isso, viva o acordo que se estabelece aqui na Cidade! Todos nós temos que festejar, Ver. Janta. Cumprimentos!
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Professor Wambert está com a palavra em Comunicações.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pela primeira vez eu subo nesta tribuna com receio da minha moção comprometer as minhas palavras, mas eu quero falar sobre o Outubro Rosa que está se encerrando, Ver. Dr. Goulart. No ano passado, eu tive, talvez, a minha heroína, aquela mulher a quem devo

muitos valores, coragem, determinação e fortaleza. Eu sei que foram virtudes que foram incutidas no meu coração, porque a minha mãe enfrentou o câncer de mama de uma forma heroica, como uma gigante que ela é. Essa doença que atormentou muitas pessoas que eu amo, além da minha mãe e da minha madrinha de batismo, além delas duas, a esposa do meu tio, e, pasmem, colegas Vereadores, o câncer de mama atingiu também o meu padrinho de crisma, José Barbosa de Carvalho. Em 2013, que é o último dado que eu tenho, 14.206 mulheres foram vítimas do câncer de mama. E, pasmem, 181 homens foram vítimas do câncer de mama. Eu achava isso inimaginável, Ver. Janta, mas aconteceu na minha casa e na minha família com José Barbosa, que era meu padrinho de crisma e que teve que tirar o seio por causa do câncer de mama, que também atinge os homens. Então, esse movimento, que surge em outubro, é um movimento louvável, que foi criado por uma empresa de cosméticos, tem muito mérito, porque este Outubro Rosa serve para conscientizar as mulheres, mas também os homens, de que um toque pode salvar a sua própria vida. O Outubro Rosa serve para que as pessoas se conscientizem de que devem ser tocadas. Eu lembro que estava dando aula, certa vez, Ver. Carús, na universidade, e minha aula foi interrompida por um mensageiro que trazia um buquê de flores para uma aluna muito querida que iria encerrar o semestre, iria interromper os estudos para tratar de um câncer de mama. Eu disse uma frase, para confortá-la: “olha, fica tranquila, vais passar um ano fora da universidade e tu vais voltar, porque ninguém mais morre disso. Claro que falei para tentar confortá-la e estimulá-la a vencer o câncer. Ver. Goulart, um ano depois, eu fui ao enterro dessa menina. E todos os alunos diziam: “Professor, o senhor lembra que disse que ninguém mais morre disso”. Eu disse, pois é, quebrou-se a regra. Disseram, só que o diagnóstico dela foi tardio. Então, a importância do Outubro Rosa, que está se encerrando, hoje é 30 de outubro, é para que as pessoas aprendam a salvar suas vidas num ato simples, que pode ser feito no banho, de se tocar. Isso pode salvar a própria vida. Lembro, Dr. Goulart, quando minha mãe descobriu seu tumor, ela o enfrentou com dignidade, com coragem e com altivez. Minha mãe, que ficou viúva cedo, dedicou a vida toda aos filhos, descobriu esse toque, depois de enfrentar a doença, fazer a cirurgia, enfrentar a quimioterapia. No último dia de quimioterapia, minha mãe escorregou e teve uma queda terrível, quebrou o pé em três lugares, passou mais 60 dias numa cadeira de rodas, até fazer uma cirurgia. Hoje está de pé, com altivez, com determinação e com coragem. Então, em nome de dona Maria do Socorro Gomes di

Lorenzo, eu quero homenagear todas as mulheres que lutaram e venceram o câncer. Que elas sirvam de exemplo a todos nós. Muito obrigado, colegas.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Ao final deste Outubro Rosa, não poderia me furtar de falar sobre o assunto, ainda mais hoje, Ver. Dr. Goulart, que é o Dia Internacional do Gineco-Obstetra. A questão das neoplasias ginecológicas e, principalmente as de mama, que como foi dito aqui, assolam homens e mulheres, mas principalmente mulheres. Um por cento dos cânceres de mama é em homens, por isso é tão relevante a prevenção do câncer de mama. Tenho observado na imprensa a equivocada manifestação do Secretário Estadual da Saúde com relação à questão do câncer de mama, o câncer que mais mata mulheres gaúchas, o câncer que em todas as idades mais mata mulheres brasileiras e que tem a sua prevenção fundamental, claro que no autoexame da mulher, isso é fundamental, palpando pós-menstruação naquelas que menstruam, palpando a mama contra a lateral, a mama esquerda com a mão direita, a mama direita com a mão esquerda, num período após a sua menstruação, que tem baseada sua prevenção também na questão do exame com o médico especialista no consultório uma vez por ano. Mas que, sem dúvida nenhuma, tem a sua mortalidade reduzida com a realização da mamografia em mulheres após os 50 anos e naquelas com história familiar antes. Aí uma mamografia de base em torno dos 35 anos e depois, anualmente, após os quarenta. Então, eu quero registrar aqui, Ver. Dr. Goulart, quero registrar desta tribuna o equívoco, a falta de alinhamento científico na matéria do Secretário Estadual da Saúde, Secretário Gabbardo, que nos meios de comunicação passou à população que a mamografia não é necessária. Isso repercute, é importante o agente público, principalmente do Secretário da Saúde, que é um agente importante na disseminação de informações, isso passa para a população, aquela que mais precisa, aquela que tem mais dificuldade de acesso à saúde de que ela não precisa fazer a mamografia. Isso que na sua leitura, muitas vezes, a gente observa,

mas é importante que isso fique registrado esse equívoco. Nós precisamos ter meios de fazer as mamografias nas pacientes com indicação a partir dos 50 anos. E aqui, eu já faço dessa cobrança novamente, à Secretaria Municipal de Saúde que nos passe, no bairro onde existe uma das maiores incidências de câncer de mama em Porto Alegre, que é na Restinga, Ver. Dr. Goulart, a ocupação do mamógrafo do Hospital da Restinga. Não adianta mandar ofício dizendo que são mais ou menos 200 pacientes, isso não nos adianta. Nós precisamos ter dados concretos, porque nós temos ciência, ciência concreta de que aquele mamógrafo está muito subutilizado. Então, eu quero fazer esse registro com relação ao Dia do Gineco-obstetra e fazer essa encarecida solicitação, que as mulheres não descuidem de fazer o autoexame, de fazer o exame da sua consulta ginecológica anual e de fazerem a mamografia, naquelas com situação de risco, a partir dos 40 anos e aquelas sem situações de risco, a partir dos 50 anos. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, todos que nos assistem, quero agradecer muito ao Secretário de Educação, que nos recebeu, hoje pela manhã, como Presidente da Comissão Educação, Cultura, Esportes e Juventude da Câmara de Vereadores. A nossa Comissão é composta pelos Vereadores Pujol, Sofia, Alvoni, e eu quero agradecer à Comissão, porque a reunião é na terça-feira e, prontamente foi atendido o pedido do Presidente aos seus membros; quero agradecer a todos. O Secretário Adriano Naves de Brito me garantiu que nenhuma criança ficará sem escola no ano que vem. Todas as crianças que tiverem dificuldade em efetivar a matrícula para 2018 devem procurar a Secretaria Municipal de Educação, no setor de vagas, para fazer a sua inscrição. Conforme a Secretaria, quem desejar que seu filho fique em período integral na escola, será atendido. Em relação à localização, o Secretário Adriano garantiu que novas vagas serão abertas em todos os bairros de Porto Alegre, inclusive no Centro Histórico. Quem desejar manter o seu filho estudando no Centro, terá como manter; com as novas vagas que serão criadas, a Secretaria Municipal de Educação está disposta a atender todas as solicitações. Ainda segundo o Secretário, é

proibido o uso de mais de um endereço para um estabelecimento de ensino, portanto na Escola de Educação Infantil Jardim de Praça Pica-Pau Amarelo, isso está irregular. O Adriano Naves de Brito garante que novas vagas serão abertas em outros locais, também para o período integral. Isso é muito bom, é sinal, Ver. Pujol, Ver.ª Sofia, Ver. Alvoni, que nós, da Comissão, estamos lutando pela educação, principalmente das crianças, dos jovens e dos adolescentes. A Comissão existe justamente para lutar para que todas as crianças tenham educação, para que vão para o colégio e tenham, também, esporte e cultura. É isso o que faz um país de primeiro mundo.

Quero agradecer ao Secretário por ter me recebido na segunda-feira, prontamente – o pedido foi na sexta-feira, e, na segunda-feira, já nos recebeu. Quero agradecer também à Comissão, que entendeu que era uma pauta especial e que nós deveríamos estar junto com Secretário. Também quero parabenizar o Ver. Dr. Thiago pela fala sobre o Outubro Rosa, sobre o câncer de mama.

Eu estive, no domingo, no programa do Benfica, em que estava a doutora. Eu comentei com ela – que, assim como eu, tem diabete – que a gente sabe que todas as mulheres, todos os anos, têm que fazer o exame, só que isso não é o suficiente, isso não basta. Eu acho que nós temos que pegar também e dizer, como foi dito para mim quando tive diabete, Ver. Dr. Goulart, que eu teria que fazer esporte, que eu teria que parar com o sal, que eu teria que parar de comer, doce, tudo isso. Se eu não fizer isso, todo ano eu vou fazer e vai estar lá, eu não vou me curar dessa doença tão fácil. Então eu perguntei para a doutora: o que faz ocasionar o câncer de mama? Então a prevenção também não é só a prevenção de todo ano, mas a prevenção no que nós estamos fazendo, também para que isso não venha a acontecer. Essa é a minha preocupação, que é lá na raiz, não é quando a árvore já está formada. Parabéns a todos que falaram sobre o câncer de mama. Estamos juntos pela saúde. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.ª Comandante Nádia está com a palavra em Grande Expediente.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, primeiramente, gostaria de compartilhar com os colegas que hoje o Governo do Estado lançou o edital para o concurso de novos policiais militares; concurso para mais 4.100 policiais nas ruas do nosso Rio Grande do Sul. Foi publicado hoje no Diário Oficial do Estado que as inscrições estão abertas do dia 31 de outubro até 21 de novembro pelo www.fundatec.org.br

Gostaria de neste Grande Expediente parabenizar a Polícia Civil por duas grandes operações realizadas na semana passada. A primeira, do Delegado Menezes de Santa Cruz do Sul que apreendeu 15 fuzis de origem russa, romena e americana; 22 pistolas e diversas munições na casa de um estudante de engenharia da Unisc. Apreensão essa digna de dar inveja às apreensões feitas no Rio de janeiro. E ao Delegado Jardim que investiga o envolvimento de universitários em um grupo que se intitula anarquista e que queimou várias viaturas da Brigada Militar, partidos políticos e igrejas.

Quero falar sobre a banalidade da vida. A Constituição brasileira, no esforço de mudar a sociedade, dentro de uma visão social que previa a ação de manter e formar um povo igualitário protegendo os menos favorecidos, caiu em uma armadilha ideologizante de dividir a Nação em deserdados sofredores e elites escravizantes, permitindo a criação de leis, que protegessem o indivíduo da opressão do Estado, igualando-os em todos os sentidos e criando códigos penais lenientes e penas de facilidades que só agora estamos percebendo; não protegem o cidadão, mas sim o delinquente. Soltar trezentos detidos por ações criminosas, por falta de cadeia, protegem a quem? A ninguém. A ideologia dita Socialista, com premissas de esquerdas radicais, cujas bases já ultrapassadas pelos países do velho mundo, que sejam em sociedades culturalmente atrasadas e assim mantidas, como nas Nações Latino-Americanas. E quando dividimos a sociedade para tratar os menos capazes de estudar e compreender o fenômeno político, e de ter um olhar mais além, mantendo-os submetidos a slogans e a palavras de ordem, e assim conduzimos como rebanho. Como bem diz Gabriel Tarde, em um de seus livros de Sociologia: a multidão tem pressentimento de rebanho. Assim, banalizamos o cidadão, banalizamos a sua vida, tratando-os como meros cordeiros. A legislação permissiva do coitadismo criou também em nossa sociedade uma política de imprensa que também favorece o coitadismo, tratando o delinquente como jovem, como suspeito, ou

generalizando no título, ação policial como ruim. Basta ler os jornais que destacam suas matérias: homem morre em confronto com a polícia. Ou, policial de folga deixa ladrão subir na moto e só aí atira. Ora, subliminarmente algum pobre coitado foi assassinado pela polícia. Assim estamos banalizando a visão sobre o crime, onde em princípio, a ação policial é errada, e o delinquente é alguém desprotegido. Banalizado então fica também a notícia posta em trilhos, já bem claros, para quem tem a capacidade de perceber o interesse informativo. Como sair disso, caros colegas? Buscando as palavras de um dos maiores sociólogos e escritores de Cuba, José Salve: "ser culto para ser livre". Portanto, o povo culto não se permite banalizar. O que temos hoje em nossa sociedade é a banalização do mal; o filósofo Plotino já afirmava que a matéria o bem ou a posse é identificada com o mal e com a privação de toda forma de inteligibilidade. Para compreender inclusive pouco como o mal está banalizado em nossa sociedade e, portanto, banalizou a vida do cidadão, nos socorremos também da filósofa política Hannah Arendt. Em suas palavras, Hannah destaca: "o mal não é uma categoria ontológica, não é natureza nem metafísica; é político-histórico, é produzido por homens e se manifesta apenas onde encontra espaço institucional para isso, em razão de uma escolha política." A trivialização da violência corresponde ao vazio do pensamento onde a banalidade do mal se instala. Nesse diapasão, senhores e senhoras, reflito a respeito do que aconteceu em nosso ensino básico que mergulhou num abismo de involução jamais pensado. Com cartilhas de doutrinação, mais valores impostos em todos os espaços inclusive nas exposições de arte. Racionando sobre o que é e porque banalizamos a vida, basta verificar os recordes de homicídios brasileiros. Encontramos um antropólogo Ernest Becker dissertando sobre Kant o pensamento de que a dinâmica do mal é devida fundamentalmente à negação da criação da criatura, isto é, quando a armadura do caráter falha e os indivíduos veem-se diante de um desamparo que começa por infundir-lhes angústia e, por fim terror. A banalização da vida, caro Ver. Professor Wambert, o desrespeito ao cidadão, a incapacidade de reformarmos o conceito de proteção à sociedade e ao cidadão; incapacidade essa formada pela trilogia de interesses de grupos:a ideologia política, a inércia judicial e o medo do agir face à ditadura do politicamente correto, caro Ver. Ricardo Gomes. Essa trilogia de palavras, que são um carma como mantra, estabelecem um vazio reflexivo permitindo a realização do mal e, por consequência, a banalização da vida, realizando-se na vulgaridade, na injustiça e nas

radicais práticas da violência contra todos e exacerbando nas diferenças étnicas, de sexo, de natureza e de idade. O caminho para valorizar a vida é acabar com a banalidade do mal, com as visões ideológicas caolhas e de manobra das massas incultas através de um verdadeiro e bem suprido sistema de ensino. Revisão com coragem, com a clara intenção de proteger os verdadeiros cidadãos, da legislação penal, criando presídios que verdadeiramente cumpram seu papel, que é manter afastado da sociedade os verdadeiros criminosos dos quais nada podemos esperar além do mal e da dor. Por isso também parabenizo o Governo do Estado por ter colocado policiais militares a cuidar do presídio de Canoas, momento esse que também teve muitas criticas ao Governo do Estado, porém é de nós pensarmos, esses policiais estavam custodiando presos em viaturas, em delegacias e agora a retirada desses policiais, desses locais, colocando-os nesse presídio de Canoas vai ter uma diminuição desses policiais que terão que continuar fazendo essa custódia, por um breve tempo, se Deus quiser, assim que os agentes penitenciários da Susepe estejam formados, final de janeiro, início de fevereiro, poderão assumir a sua função. A Brigada Militar tem atuado em diversas pontas, tem sido o esteio da democracia e é a ela, sim, que nós temos que homenagear todos os dias. Chega de ideologia política! Chega da inércia judicial! Chega do medo de todos agirem em face da ditadura do politicamente correto. Muito obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente Cassio Trogildo, nosso querido Ver. Janta, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; entre os assuntos tristes que a gente tem para falar, e essa delação do comportamento humano feita por Hannah Arendt mostra que, quando a gente tem algumas coisas positivas, elas devem ser espalhadas a basto, para que a gente possa mostrar que a humanidade tem um futuro bom pela frente, e que passa por um mau momento nesses últimos tempos. Eu disse isso porque, junto com o meu grupo do DEMHAB, junto com os meus subsecretários, nós fizemos um levantamento de quantas habitações faltavam na cidade de Porto Alegre, e, pasmem, 53 mil habitações é a demanda que se tinha na Cidade na época em que eu estava no DEMHAB. Isso tudo

ficou registrado, porque houve um momento em que se abriram inscrições, e as inscrições mostram isso. Nós conseguimos resolver o problema de oito mil pessoas – seis, sete, oito mil pessoas –, quando nós entregamos mais de duas mil habitações na cidade de Porto Alegre. Na reunião que teve no OP no dia 20 de junho de 2017, fica apontado que, entre os pedidos que as pessoas fazem no Orçamento Participativo, habitação é o primeiro. Interessante é que assistência social é o segundo, saúde é o terceiro, pavimentação, quarto; e educação, o quinto. Não aparece aqui aquilo que nós falávamos no início, que é a violência, que é a segurança. Em 2017, o Orçamento Participativo apresenta então, como primeira necessidade, a habitação. Quantas moradias faltam na cidade de Porto Alegre? Imagina-se que entre 250 mil e 300 mil habitações faltam em Porto Alegre para resolver o problema da nossa gente sem habitação. O déficit é praticamente um terço da população da cidade de Porto Alegre, dado apurado antes da crise financeira que aflige os brasileiros nos últimos anos. Relembro, da CUTHAB, aqui a Ver.ª Fernanda Melchionna e nossos outros colegas, Ver. Paulinho Motorista, Ver. Roberto Robaina e o Ver. Professor Wambert, e nós discutimos 50% das pautas sobre habitação, que são de interesse da população num tempo em que a saúde é muito solicitada. Dados do DEMHAB em 2009. Além das pautas de habitação que eu já disse, que nós fizemos a abertura das inscrições e foram 53 mil famílias, nós temos 750 ocupações, ou seja, 750 famílias morando em áreas irregulares, em áreas até perigosas. Como será que estão os números hoje? Nós não temos essa informação. Mas entregamos mais de 2,5 mil moradias entre 2010 e 2012.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. DR. GOULART: Vamos lembrar a primeira: o Chocolatão. O Chocolatão era notório por apresentar vários episódios de incêndios, muitos aconteceram naquele lugar que tinha casas de compensado, casas de papelão. Não eram raros os conflitos por droga ali por perto, nos fundos da Justiça, e não eram raras as cenas de estupro, uma vez que as casas não tinham banheiro, eles eram usados pelos moradores, e isso trazia muito constrangimento e até ataques sexuais. Como ficou? O Residencial Nova Chocolatão está, depois que nós soubemos que podíamos usar verbas do Governo Municipal, na Av. Protásio Alves, 9099, no Morro Santana, Residencial Nova Chocolatão. Vou dizer mais

uma vez: Nova Chocolatão. Setecentas pessoas que viviam em área irregular e de risco no Centro Histórico de Porto Alegre foram transferidas para 181 casas, com dois quartos, sendo uma casa adaptada para um portador de necessidades especiais. O residencial foi entregue com infraestrutura completa, água e esgoto, creche para 120 crianças, centro social e galpão de reciclagem para 60 trabalhadores, inclusive com terceiro turno à noite, além de quatro pontos de comércios e serviços.

A Vila Dique – lá está a Vila Dique: Conjunto Habitacional Porto Novo. Olhem como era a Vila Dique antes e como ficou depois que entregamos as casas. Entregamos 922 casas para 922 famílias, sabemos que ainda precisa muito. Hoje costumamos chamar de Vila Dique Nova, mas não é esse nome, é Conjunto Habitacional Porto Novo, na Av. Bernardino Silveira Amorim, para onde foram transferidas 922 famílias. O loteamento tem rede de água e esgoto, energia elétrica, iluminação pública e ruas pavimentadas, centro social, unidade de triagem de resíduos recicláveis, 79 comércios e um posto de saúde. O que chamou a atenção foi que os relatórios de doenças contagiosas – até inclusive a que aparece na urina dos ratos atacavam as crianças na Vila Dique velha –, quando se mudaram as 922 famílias para o Porto Novo, que é a Dique nova, mostraram que não morreu nenhuma criança no primeiro ano. Não morreu nenhuma criança, Ver. Dr. Thiago, tivemos muita sorte, porque lá tem calçamento, atendimento médico, mostrando que a habitação bem trabalhada traz a saúde maravilhosa para o seu povo, para a sua gente.

Agora, vamos ver ali o, no Barro Vermelho, Jardim Paraíso, na Restinga: 480 vagas de estacionamento, sete salões de festas com churrasqueiras, dez *playground*, beneficiadas 1.500 pessoas, 300 famílias da ocupação União, que aqui está escrito, mas o certo é Unidão, que era uma das demandas do Orçamento Participativo, foram para o residencial Jardim Paraíso, mostrando que uma das maneiras, na conversa com o Orçamento Participativo, era tirar gente que estivesse em lugares com falta de saúde, com falta de uma série de benefícios.

O Residencial Camila também no bairro Restinga. Olhem o residencial Camila, que beleza. Estrada João de Oliveira Remião, 4.850 – 192 unidades habitacionais, sendo 184 sobrados, *playground*, salão de festas, quiosques com churrasqueira, estacionamento, guarita e quadra de futebol. Quase não ouço falar nesse assunto, senhores, quase não vejo nos jornais esses assuntos. Não se fala nisso. Isso foi um das maiores maravilhas, Presidente, que foi feita ainda no Governo Fortunati, que não se interessou muito em

demonstrar também, poucas vezes o Prefeito Fortunati falou nessa maravilha. E o Fogaça já falou um pouquinho mais, mas não muito.

Repouso do Guerreiro, também no bairro Restinga, destinado a pessoas com renda até três salários mínimos, que é o Minha Casa, Minha Vida – 300 apartamentos com dois dormitórios, oito deles adaptados para pessoas portadoras de necessidades especiais, *playground*, estacionamento, guarida, oito quiosques com churrasqueira. Sabem onde é isso, pessoal? Em Porto Alegre. Onde aconteceu isso, meus irmãos queridos? Em Porto Alegre.

Residencial Bento Gonçalves, entregamos a primeira parte do residencial Bento Gonçalves que aí está, na Av. Bento Gonçalves, 5.435, na frente do Carrefour, aquela maravilha que vocês veem à direita quando vão para Viamão, quando vão para as praias, foi feita pelo Governo Municipal de Porto Alegre e pelo nosso querido DEMHAB.

Em dezembro, dia 14, foram entregues 200 apartamentos no Condomínio Manuela Gonçalves.

Nossa Senhora da Paz, no bairro Humaitá, no PIEC, entregamos poucas casas. Compramos terrenos, meus queridos, para entregar à Vila Nazaré; compramos no Bom Fim e compramos mais adiante um pouquinho nos Padres Maristas. Saibam vocês que nós construímos 1.133 casas e que foram invadidas recentemente, e o pessoal da Vila Nazaré, que estava preparado para se mudar, não foi para a sua casa porque outras pessoas, porque outras pessoas que precisavam de casa resolveram entrar na frente deles e tomar conta disso. Parece que haverá reintegração de posse nas próximas semanas.

Moradia digna é sinônimo de saúde em todos os sentidos. Claro, faltaram algumas habitações, por exemplo, as que nós demos para a Santa Clara da Glória/Partenon; atrás ali do Carrefour, temos uma série de outras construções, mas não foram ainda divulgadas.

Quero mostrar para vocês que vou pedir para o meu partido para deixar um *banner* desse trabalho na nossa sala de espera do PTB, do grande PTB. E moradia era uma coisa que o Brizola falava muito, assim como Darci Ribeiro. Habitação popular em Porto Alegre é uma preocupação do Partido Trabalhista Brasileiro, vamos trabalhar bastante para que mais 2 mil habitações possam ser entregues, não por nós, mas quem fez esse trabalho. Viva a habitação! Viva a saúde pública!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo, colegas Vereadores, Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde de segunda-feira. Queria aqui, em nome da Bancada do PT: Ver. Adeli Sell, Ver.ª Sofia Cavedon, Ver. Marcelo Sgarbossa, fazer uma leve crítica ao atual Prefeito Municipal de Porto Alegre que, no dia de hoje, mais uma Secretária pede demissão do Governo. Maria de Fátima Paludo pede afastamento do atual Governo. Há poucos dias, um grande amigo, o Solimar, um homem que tinha uma reputação muito reconhecida aqui pela nossa Câmara e pela Cidade, trabalhou no Governo do Estado, também pediu demissão da FASC, da qual era Presidente.
Para onde vai o Governo Marchezan, Ver. Adeli? Para onde vai, Ver. Bosco, o Governo Marchezan? É o 14º ou 15º – se não me engano – Secretário que acaba abandonando o Governo.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. ALDACIR OLIBONI: O Ver. Bosco já disse que tem mais gente querendo abandonar o Governo. Ver. Tarciso, nós, enquanto Vereadores, também ficamos preocupados, porque queremos que os governos que ganham as eleições possam governar para todos os cidadãos. A Cidade está abandonada! Não é por acaso que, em relação à obra para a qual faltou fiscalização, caíram várias marquises atingindo vários carros no Centro da Cidade, ali na Alberto Bins, acabou acontecendo esse desastre. Imagina se pega algumas pessoas passando naquele momento? Não é falta de fiscalização? Mas é claro que é. E não é só ali. Vejam, por exemplo, a buraqueira que está Porto Alegre. É uma buraqueira só! Há falta de atendimento médico em vários postos de saúde, falta de medicamentos! Porto Alegre está abandonada, Ver. Cassiá. Os municipários confirmaram, agora há pouco, a continuidade da greve. Por quê? Porque não houve mais nenhuma sinalização depois que tivemos a reunião com vários

Vereadores e a comissão do Simpa sobre a ideia de amadurecer, de dar um tempo ou retirar os projetos daqui de tramitação contra, enfim, os servidores municipais. Percebemos a cada semana que o caos acaba se ampliando em vez de ser reduzido, Ver. Dr. Goulart, V. Exa. falou algo aqui muito importante, estamos com déficit de mais de 50 mil habitações populares. Mas qual é o problema que o Marchezan trouxe para Casa ou que ele imprime como a verdadeira obra ou a marca do Governo Marchezan em Porto Alegre? Não ouvimos nada de positivo, meu Deus! Sobre o transporte coletivo, ele mandou para cá projeto sobre o fim de algumas isenções que possivelmente não será aprovado aqui de forma nenhuma, até porque tem algumas comissões que estão trabalhando sobre o tema. O transporte coletivo piorou como nunca! Ninguém mais cumpre horários! A baldeação está se ampliando em vários bairros da Cidade. Quem manda são os empresários, Ver. Marcio Bins Ely. E nós, Vereadores, quando andamos pela Cidade, somos cobrados por isso! Porque o Vereador tem o papel de fiscalizar os serviços, mas o Prefeito, o Governo Municipal, seu Secretariado onde estão? Olha o que está acontecendo nas plenárias do OP? O Prefeito não está indo mais. Agora, na semana passada, em vários lugares das reuniões, os Secretários se viram apavorados em não poder dar o retorno à população e não conseguiram. Não conseguiram! Os cidadãos viraram as costas para o Secretariado. Qual o Secretário que vai continuar neste Governo? Creio que cabe aqui uma convocação ao Prefeito Municipal de Porto Alegre para vir a esta Casa. O Prefeito devia vir aqui dizer o que ele quer com o seu Governo, porque do jeito que está, meus irmãos, a coisa vai piorar e quem perde são os cidadãos de Porto Alegre. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (16h29min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 192/17 e à discussão e votação do PDL nº 005/17. Após retornaremos à ordem normal.

Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento nº 192/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PDL nº 005/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PDL nº 005/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, toda vez que um Prefeito ou um Vice-Prefeito solicitou licença para viajar para representar o Município, nós sempre aprovamos. Não será diferente a nossa postura. Nós só queremos dizer algumas coisas, Ver. Mauro Zacher. Toda viagem, como a dos Vereadores, quando vão representar, voltam, Ver.ª Comandante Nádia, e fazem um relatório. A única coisa que nós vamos pedir, Ver. Moisés, é que o Vice-Prefeito viajando, o Prefeito viajando, respeitem o Legislativo Municipal e enviem um relatório das agendas, das articulações e um balanço do resultado de sua viagem. É assim que deve se comportar o Executivo, Vereadores Freitas e Alvoni. Esse é o único pedido que eu acho que a gente deve fazer neste momento. Que seja profícua a viagem, que se façam grandes relações político-institucionais, que se tragam bons exemplos para nós! Neste momento em que a Câmara tem, por exemplo, Ver. André Carús, a Comissão Especial do Mobiliário Urbano, em todas as nossas reuniões teve a presença da Secretaria de parcerias, a SMAMS, com o titular ou assessor. E na última, representação excelente de uma fala de dois servidores da EPTC, mas faltou ainda a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Mas hoje nós fomos surpreendidos com uma matéria no jornal falando da questão como se não existisse a Comissão. Nós solicitamos ao Governo uma interlocução. E aqui, então, eu concluo, dizendo que nós manteremos, Ver. Marcelo Sgarbossa, sempre o que foi a nossa postura, aprovamos, mas nós queremos, sim, solicitar, pois são dois poderes independentes, que nós tenhamos um relatório a cada viagem do Chefe do Executivo ou do seu Vice.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PDL nº 005/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 052/14. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLL nº 052/14.

O SR. MARCIO BINS ELY: Ver. Cassio Trogildo, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras, o público que nos assiste nas galerias, na TV Câmara e os senhores e senhoras. Venho a esta tribuna para tecer alguns comentários a respeito do Programa Cultura Cidadã, a ser instituído em Porto Alegre. Inicialmente, cabe aqui destacar a tramitação na Casa. Na CCJ, tivemos o parecer do douto colega e decano Ver. Reginaldo Pujol, que se manifestou pela inexistência de óbice. Na CEFOR, recebeu parecer do Ver. Airto Ferronato, ex-Presidente desta Casa, que se manifestou pela aprovação do Projeto; na CUTHAB, pela aprovação, relatório do Ver. Engº Comassetto; na CECE, pela aprovação, parecer do Prof. Garcia - a quem rendemos as nossas homenagens – manifestou-se pela aprovação. O Ver. Mendes Ribeiro, recentemente, concedeu o título de cidadão ao Prof. Garcia, que foi um homem identificado com a cultura, lazer e com questões que envolvem o esporte. E a Ver.ª Mônica Leal, pela CEDECONDH, também relatou pela aprovação, a quem agradeço aqui, mas o parecer restou empatado. O que importa é que a intenção da relatora foi no sentido de destacar a questão da cultura. Em especial, queria mencionar o nosso envolvimento com esse projeto, que é de 2014. Queria aqui também agradecer ao Ver. Bernardino, que também sempre foi um incentivador da cultura tradicionalista do Rio Grande do Sul, nos remete aí sempre a uma cuia de chimarrão, a um churrasco, a uma música gauchesca, a um tiro de laço. Sempre que pudermos, iremos aqui destacar especialmente a questão da cultura gaúcha, mas temos aqui não só a questão do tradicionalismo, Ver. Idenir Cecchim, que é de cultura italiana, temos aqui outros Vereadores, a imigração italiana, alemã, eu mesmo tenho uma identidade com as origens dos nossos imigrantes, e todo esforço que esta Casa puder fazer no sentido de reforçar a nossa cultura, eu acho que deve ser apoiado pelos nobres Pares. Venho aqui fazer esse apelo na condição de autor, mas também em nome do meu Partido, o PDT. Quero dizer que inclusive nas nossas iniciativas no extra-mandato aqui eu tenho procurado colaborar com a categoria que represento. Lá no Creci-RS fizemos o DTG Corretores da Tradição, queremos, através da cultura tradicionalista, também poder estar gerando negócios, por que não, também, o mercado imobiliário. Enfim, a gente tem aqui em Porto Alegre uma cultura arraigada, fiz aqui um projeto de lei

para incluir a cultura tradicionalista no currículo oficial do Município. Acho que é muito importante, e acho que a questão do CTG e do DTG está além fronteiras, não só além das fronteiras do Rio Grande do Sul em nível Brasil, mas também em nível mundial. Temos DTGs e CTGs, a cultura gaúcha, a identidade do povo gaúcho, a pilcha, enfim, a mala de garupa, os vestidos de prenda e tudo aquilo que representa para nós a cultura do tradicionalismo precisa ser destacado. Faço aqui a leitura do art. 1º: Fica instituído o Programa Cultura Cidadã, visando incentivar as empresas a adotar instituições culturais, municipais, bibliotecas, centros, casas de cultura, museus, teatros. Enfim, é um programa que tem por objetivo fomentar a cultura gaúcha, a cultura sul-rio-grandense, enfim, a cultura brasileira de um modo geral, destacando aqui que esta Câmara tem o entendimento de que esta é uma pauta importante que tem que estar na agenda positiva da Cidade, é uma contribuição que através do nosso mandato a gente vem somar na agenda positiva do dia a dia da Cidade. Estamos aqui fazendo este apelo e gostaríamos de pedir aos nobres Pares que acompanhem a votação e que possamos aprovar na tarde de hoje essa nossa iniciativa. Pela atenção de todos, muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 052/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Márcio, nós achamos que a adoção de espaços culturais, proteção, constitui a adoção de instituições culturais municipais. Essa é a proposta. Incentivar empresas para que adotem biblioteca, centros culturais, casas. Financeiramente, por meio de doação de materiais; e aí um programa Cultura Cidadã. Gostamos muito do título, gostamos muito da ideia, desde que isso não signifique que o Governo se desresponsabilize completamente, porque não é possível. E hoje a gente homenageou aqui o Teatro de Arena, 50 Anos, quando o Teatro de Arena não tinha nenhum financiamento público, era muito complicado para manter espetáculos gratuitos, para ser acessível ao público. Então há de se fazer uma combinação, isso não está colocado aqui desta maneira. E a segunda questão é o tema do cartaz: “Essa empresa zela pela cultura”, um cartaz na frente do próprio, nós achamos que não dá para desvirtuar um patrimônio cultural e vinculá-lo a qualquer empresa ou vincular de maneira

ostensiva. Teve uma votação agora, muito recentemente, no Congresso Nacional, não estou agora com os dados, mas que não dá para vincular nenhum espaço ou iniciativa de escola com empresas estimulando consumo, por exemplo. Consumo, compra e venda, incidindo sobre comércio. Porque é obvio, nós precisamos que não seja um processo educacional vinculado a uma indução de consumo. Nós tivemos aqui uma polêmica com a Coca-Cola, lembro na época da Copa, a Secretária Cleci acabou recuando, era o projeto Gol de Placa, da Coca-Cola, as crianças que escrevessem sobre a Copa, no final, concorriam a ingressos para os jogos, mas também ganhavam coca-colas e tal. Nós não podemos – não é, Tarciso? – com todo o problema do excesso de açúcar no sangue, da obesidade precoce, de maneira nenhuma vincular às crianças o consumo de determinados produtos. Portanto, tem essas questões que estão em aberto no projeto, talvez a gente pudesse, Márcio, postergar por uma ou duas Sessões, para fazermos emendas de restrições do tipo de empresa e também emendas, pelo menos, sobre o que induz ao consumo equivocado de produtos, enfim, ao consumismo; também esse tema da retirada do cartaz, porque o cartaz também induz, vincula e tira o sentido principal do espaço cultural, que é a cultura em si. Então, tem que ver outras formas de incentivo a essas empresas. Considerados esses dois temas, nós achamos que podemos apoiar, se V. Exa. conseguir dar um tempo, nos proporíamos a ajudar a elaborar e construir, Muito obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Márcio Bins Ely (Requerimento): Sr. Presidente, tendo em vista as considerações dos que me antecederam, no sentido de que nós possamos fazer a emenda sugerida, solicito a retirada do PLL nº 052/14 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje e, na quarta-feira, o reincluímos.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 164/17 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje. Solicito ainda que, se

possível, seja o primeiro na ordem de priorização de votação da Sessão da quarta-feira da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.ª Fernanda Melchionna. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do Requerimento nº 167/17 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.ª Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.
Em discussão o PLCL nº 001/15. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/15.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho engraçado, o Ver. Sgarbossa quer legislar sobre trânsito, que é competência federal. E aquilo que é competência do Vereador, dar nome de ruas, por exemplo, ele quer retirar. Vá entender uma coisa dessas! Isso que ele é quase meu conterrâneo! Eu fico aqui a pensar, Ver. Nedel, provavelmente ele tem alguma diferença com V. Exa., que é um homem especializado ou especialista em dar nome de ruas. Acho que temos que contar para o Ver. Sgarbossa que as pessoas gostam de ter nome nas ruas e não ser um número. Ninguém gosta de ser chamado pelo número do CPF e muito menos pelo CEP! Mas gostam de ter um CEP que é importante para receber cartas, até contas. Nós temos que ter o nome da rua com o seu CEP. Não pode ser beco tal, viela tal, temos que dar nome, as pessoas gostam de ter um endereço. Quem conhece mais uma rua, um endereço, um local do que um Vereador da cidade? O Vereador tem toda a legitimidade em dar nome para as ruas. Isso é coisa de Vereador no mundo todo. Até na Itália, onde o Ver. Sgarbossa passou alguns anos. Ele é de uma família rica, aristocrática. Ele fez uma pós na Itália. Acho que ele fez a volta na Itália de bicicleta. Ele subiu, provavelmente, os Apeninos, na primavera, não é louco subir no inverno! Imaginem só ele fazendo esse *tour*

de bicicleta na Itália e pensando: “Lá em Porto Alegre tem Vereador dando nome para ruas, isso não é possível!” É possível e é necessário. Ninguém é obrigado a dar nome de rua. Eu por exemplo, devo ter umas cinco ou seis ruas que dei nome, só. Mas não é por minha culpa, não é por culpa do Nedel, não é por culpa de ninguém. Acho que quem se preocupa em dar nome de rua, e o Vereador que não quer dar nome de rua, não dê. Mas não tire a prerrogativa dos colegas de fazer isso! Está faltando nome de rua, Ver Bosco. Acho que todos nós podíamos fazer. O Ver. Sgarbossa podia propor uma coisa diferente, que todos os Vereadores se preocupassem mais em fazer isso, para que todos os números de rua que têm em Porto Alegre – rua número tal – passasse a ter um nome. Eu espero demorar muito tempo em ser nome de rua em Porto Alegre, por exemplo, eu não gostaria de receber o nome logo. O Ver. Wambert também. Não dá para dar uma morridinha e voltar; então, deixa pra lá. Nome de rua, que demore muito! Mas têm muitas pessoas que se dedicaram à cidade de Porto Alegre, e as famílias têm orgulho de ter alguém querido na Cidade, com nome de rua. Por isso, Ver. Sgarbossa, eu queria pedir à V. Exa. que o senhor mesmo pedisse aos colegas para derrotar o seu projeto. O senhor mesmo peça: não vote no meu projeto. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/15.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu até, às vezes, sou um pouco crítico ao excesso de homenagens que se presta na Casa, ou ao excesso de nomes de rua que concedemos aqui. Mas nem por isso acho que isso deva encerrar, acho que deva ter um limite, e as homenagens que são prestadas e os nomes de ruas que são aprovados para pessoas, entidades, instituições que efetivamente tenham serviços prestados pela Cidade, nós devemos reconhecer. Claro que a má-vontade e o senso comum da população com relação à política tende a dizer: “Ah, esses Vereadores só sabem colocar nome de rua ou fazer sessão solene para homenagear.” É o senso comum, é a má-vontade que muitas vezes, desqualifica e não se apercebe da relevância de outros tantos temas ou projetos que são aprovados por esta Casa, acabam se pegando nas miudezas e reduzindo a importância do trabalho do Poder Legislativo

Municipal. Por isso, eu acho que essa restrição que é trazida aqui pelo Ver. Marcelo Sgarbossa no papel do legislador, para colocar os nomes de rua, ela pode ser reavaliada, Vereador. Primeiro, via de regra, quando nós propusemos a colocação de algum nome de rua, os moradores daquela comunidade, daquela bairro já se fazem acompanhar– pelo menos no meu mandato eu procuro tratar dessa forma de um abaixo-assinado que é uma concordância coletiva de que aquela rua deverá se chamar daquela forma. Isso seria o ideal e é papel do Vereador, não colocar nome de rua a contragosto dos moradores daquele bairro. É um instrumento também político do Parlamentar fazer com que o nome que vai ser colocado na rua de um determinado bairro ou comunidade seja construído coletivamente com os moradores; é um instrumento político do Parlamentar que nós temos que aproveitar. Então, encerro aqui, aproveitando já que se está falando em nome de rua, que nós precisamos aqui lutar para que as ruas sejam identificadas na Cidade, isso sim. Nós temo hoje cerce de 12 mil logradouros em Porto Alegre, sendo 7 mil sem qualquer identificação; 5 mil são identificados, mas me condições precárias ou depredadas ou pela ação do tempo, desgastadas. Hoje até, para minha surpresa, eu li na versão impressa e digital, que o Governo vai lançar editais, Presidente, para os relógios de rua e também para os toponímicos, que são as placas de identificação de rua. Dois itens que, pela legislação vigente, compõem o mobiliário urbano atual. Só que quem falou pelo Governo na matéria esqueceu de dizer que esta Câmara está, Ver. Prof. Alex Fraga, debatendo a revisão e a atualização da legislação do mobiliário justamente para que o Governo tenha segurança jurídica necessária e abra as portas para que, além da Lei nº 8.666, sejam feitas parcerias com o setor privado para viabilizar a qualificação do mobiliário, e a identificação das placas dos nomes das ruas é fundamental inclusive para a qualidade de vida da Cidade, para que os turistas que nos visitam possam se localizar e para que os profissionais que entregam mercadorias para os transportadores de passageiros do táxi, dos aplicativos saibam por onde andam. Então, para além do regramento de se o Vereador deve ou não colocar nome de rua, nós temos é que fazer um esforço conjunto de colocar placas nas ruas. Nisso não tem disputa de beleza entre o Executivo ou o Legislativo. Na Comissão Especial do Mobiliário Urbano, que foi aprovada aqui por unanimidade, nós estamos trabalhando semanalmente, ela está a serviço da Cidade e vai concluir por um relatório – o colega Ver. Adeli Sell é o responsável – que vai representar a minuta de um projeto de lei, Ver. Ricardo, para que a Prefeitura possa nos

apoiar, e a Câmara, junto com o Executivo, seja protagonista dessa mudança importante. O que nós legislamos deve avançar, e não retroceder. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/15.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde a todos os colegas, a todos que nos acompanham; em primeiro lugar, aproveitando o gancho do colega André Carús, quero deixar claro que eu também não abro mão de legislar. Quero deixar muito claro que nós, do PSDB, somos totalmente contrários ao projeto. Todos nós acompanhamos hoje, num veículo de comunicação, na coluna do Paulo Germano, questionamentos aos dois colegas: o proponente, Marcelo Sgarbossa; e o Ver. Nedel, campeão desse trabalho na Câmara de Vereadores. Fiquei surpreso, confesso para vocês, porque achei que o Ver. Marcelo ia fazer uma defesa técnica do seu projeto. Acho estranho porque, na imprensa, o foco parece ser, na última resposta do Ver. Sgarbossa, o seguinte: “Toda família fica grata a um Vereador que batiza uma rua com o nome de um amigo, um parente, ou um falecido. Esse Vereador ganha a simpatia, para não dizer o voto, dessas pessoas”. Olha só, gente! Eu fiquei surpreso, Ver. Marcelo, porque parece que o projeto surge de um incômodo seu com algum Vereador que faz, que presta esse serviço. Eu quero deixar claro que as comunidades podem hoje encaminhar os seus abaixo-assinados para a Administração Municipal e pedir o nome das ruas. Eu quero deixar claro não só em nome do PSDB – não estou usando espaço da liderança do Governo para dizer que também o Governo é favorável a que o legislador continue a legislar –, mas, de público, fazer uma homenagem, um agradecimento e dizer para o colega João Carlos Nedel “muito obrigado, Ver. Carlos Nedel”. Porque é muito difícil, lá na Vila dos Herdeiros, na Lomba do Pinheiro, a ruela, a via, o beco, para o Correio, deixar num comércio, num dia de chuva, no barro, ir lá, porque ele não tem o seu endereço de cidadania. Eu gostaria muito, inclusive em nome de alguns Vereadores com quem eu conversei antes de subir à tribuna, em nome da população, agradecer o Sr. João Carlos Nedel pelo trabalho e pelo empenho pelos

mais de 500 nomes dados a ruas desta Cidade. Obrigado, Ver. Nedel. Certamente, votaremos contra este projeto.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.ª Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/15.

A SRA. MÔNICA LEAL: Ver. Valter Nagelstein, colegas, pessoas que nos assistem, funcionários, imprensa; eu também não abro mão de legislar, vou na linha dos meus colegas que aqui estiveram, porque essa é uma prerrogativa dos Vereadores. Quero dizer para vocês que, desde 2005 – entrei nesta Câmara em 2004, no meu primeiro mandato como suplente –, em 2005 e 2006, eu nomeei duas ruas apenas. Neste ano de 2017, uma rua. Os senhores, com isso, podem constatar o quanto eu nomeei poucas ruas. Mas eu vou contar algo que me aconteceu esses dias na minha família.
Todos sabem que o meu pai faleceu, e a cobrança é enorme dentro da minha família para que tenha uma rua em Porto Alegre com o nome de Pedro Américo Leal. Eu perguntei para os meus irmãos: por que é tão importante uma rua com o nome de Pedro Américo Leal? Eu, inclusive, tenho muitas dúvidas sobre isso, porque, se eu escutar no rádio que o bandido tal morreu na rua Pedro Américo Leal, ou drogado ou outra coisa, isso vai me incomodar muito. O meu irmão me respondeu: “Ele merece uma rua em Porto Alegre”. Vejam bem como, para as pessoas, para os familiares, é importante essa questão de nomear uma rua, que o Vereador tenha essa prerrogativa, que ele receba da família esse pedido. Aí o Ver. Marcelo me disse que não estaria tirando, ou seja, estaria passando isso para as comunidades, não para o Prefeito. Mas, Vereador, eu quero informar que isso já existe, porque, para as ruas que não estão cadastradas, é obrigado apresentar um abaixo-assinado. Isso nós sabemos, a comunidade já pode fazer isso sem problema algum! Todas as ruas não cadastradas exigem um abaixo-assinado.
Eu quero dizer para os meus colegas – e, principalmente, cumprimentar o Ver. Nedel, nós até brincamos muito que ele tem esse poder enorme de nomear ruas – que eu mesma, quando tenho necessidade de nomear uma rua, vou até o gabinete dele e peço que procure um espaço para que a gente possa homenagear alguém.

O Ver. Nedel hoje concedeu uma entrevista ao jornal Zero Hora, para o jornalista Paulo Germano. Eu gravei muito o que ele falou, o que me reportou à minha família, quando me cobraram o nome do meu pai numa rua de Porto Alegre. O nome de rua é para dar dignidade para a pessoa: a pessoa que mora naquele endereço, e a pessoa que dedicou a sua vida para a Cidade. Então, eu quero deixar claro que eu também não abro mão de legislar e acho que cada vez temos menos condições de fazer isso. Estava eu ali conversando com o Ver. Nedel, e chegamos à conclusão de que há certas emendas que os Vereadores não podem fazer, porque são privativas do Orçamento Participativo. Vejam bem: se cada vez nós formos modificar, nesta Casa, o trabalho, as competências dos Vereadores, daqui a pouco não vai haver a necessidade da Câmara e dos Vereadores.
Ver. Nedel, em nome da bancada do seu partido, o Partido Progressista, eu quero lhe dar os parabéns e dizer que é muito importante sim que o Vereador receba essa demanda de nomear uma rua, para dar dignidade tanto às pessoas que lá moram, dando o CEP, o nome da rua, quanto à pessoa que está sendo homenageada. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.ª Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereadores e Vereadoras, eu acho que o tema que o Ver. Marcelo traz tem só uma dimensão que eu acho importante. Eu já tive um projeto de lei derrotado neste plenário com outra conformação, que é a consulta aos cidadãos para colocar nome de rua. Eu acho perfeito, Ver.ª Mônica, homenagear o Ver. Pedro Américo Leal, porque eu acho que, dentro do âmbito da sua atuação, ele marcou a cidade de Porto Alegre, assim como tantas outras homenagens. Eu só tenho defendido ao longo dos anos, o Ver. Nedel sabe, que cadastrada ou não cadastrada, a população deveria ser consultada, o povo que mora, Ver. Tarciso. São muitos nomes de ruas que não têm essa consulta. Eu me obrigo a me colocar sempre contra, quando não há manifestação dos moradores, porque eu acho ruim, porque é a tua rua para o resto da tua vida, da tua moradia, o teu endereço, a tua carta de identidade. Eu não sei, as pessoas não sabem nem quem são, as pessoas não têm a menor noção, não valorizam, desprestigiam. Então, esse processo bonito de conversar, e as pessoas assinarem e escolherem é um processo

de cidadania, de pertencimento, de apropriação da Cidade, de cuidado com a rua. Eu acho que isso o Ver. Nedel despreza, ele não quer saber, não quer nem ouvir e capitaneou para derrotar a minha... Lembra da minha leizinha? Dizia que todas as ruas tinham que ter assinatura dos moradores e das moradoras, ruas e praças.

O que o Ver. Marcelo propõe, talvez ele pudesse propor como mais uma alternativa, que é real, claro: um grupo de moradores pode chegar, pedir uma agenda com o Prefeito, levar um abaixo-assinado e pedir um projeto de lei, e o Prefeito faça. Isso hoje pode. Não precisaria, talvez, Marcelo, substituir, mas garantir que todos os processos de rua tenham a manifestação da cidadania. Nós temos que nos preocupar...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Não, as que não são cadastradas, nenhuma precisa, e aí não tem. A maioria vem sem abaixo-assinado, Ver. Bosco. Acho que o senhor não está prestando atenção quando assina, porque eu, lá na CECE, cuido tudo. Várias vezes, moradores vieram cobrar que não foram consultados, aconteceu em alguns momentos, e cria constrangimento. Então, me parece que isso nós tínhamos que aprimorar. O colega Marcelo radicaliza para o outro lado, mas acho que nós tínhamos que aprimorar isso pelo motivo de pertencimento, mas tem um outro motivo. Na realidade, nós estamos construindo um legado de representação social na cidade de Porto Alegre. Vocês se deram conta, senhores e senhoras, que, daqui a alguns anos, alguém vai fazer um inventário dos nomes de rua e vai dizer: “Na geração da Comandante Nádia, da Ver.ª Sofia, do Marcelo, do José Freitas, da Mônica, aquela geração de Vereadores tinha tal inclinação para nominar as ruas. O perfil era esse, aquele e aquele outro”? Eu gostaria de dizer que não serei responsável pelo perfil que está saindo, porque eu quero delegar à população que diga que nome quer dar às ruas. Tenho pouquíssimos nomes de ruas, e todos construídos a partir da conversa com a população.

Um outro sentido que não está monitorado por esta Casa é que nós temos uma lei que determina, no mínimo, 30%, Ver.ª Comandante Nádia, nossa Procuradora, de nomes de mulheres para as ruas, e a gente não está conseguindo monitorar isso. Eu acho, Diretor Luiz Afonso, que nós temos que criar um procedimento na Diretoria Legislativa ao acolher as propostas de nomes de ruas, porque nós temos que respeitar a legislação que diz que

tem que ter, no mínimo, 30% de nome de mulheres. Eu tenho certeza de que 90% dos nomes de ruas são de homens. Nós precisamos cuidar isso, porque são legados que nós estamos deixando para as próximas gerações.

A minha defesa – voto contigo, Marcelo, apesar de achar que não precisava ser tão radical – é no sentido de que todas as ruas sejam nominadas a partir da manifestação, da concordância dos moradores e das moradoras. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/15.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Ver. João Carlos Nedel; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores; eu quero, num primeiro momento, refutar um lugar comum que serve para desqualificar a política, de um modo geral, e o Parlamento, em particular, e, em especial, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Esse lugar comum, muitas vezes, é reproduzido por nós mesmos, Vereadores, sem nos apercebermos disso. Essa ideia, Vereadores, de que a Câmara faz muita homenagem, ou só faz homenagem e nome de rua. Isso, em primeiro lugar, é uma ideia de quem muito pouco frequenta aqui. É uma ideia de quem não está ligado sequer à política, porque a cidadania é uma coisa importante, e a política é o exercício dessa cidadania. Nós temos votado – e o próprio Ver. André Carús falou – e participado dos temas mais importantes da Cidade, e pressionado.

Eu participei da Frente pelo Mobiliário Urbano, do Ver. André Carús, tenho experiência nisso; da Frente de Revitalização do Centro Histórico, do Ver. Moisés Maluco do Bem; da Frente da Segurança Pública, com a Ver.ª Comandante Nádia; presido a CPI da Telefonia, presido a Frente Parlamentar da Inovação e da Tecnologia, Ver. Thiago, dos servidores públicos do Município. Quer dizer, nós estamos absolutamente ligados em todos os temas aqui. O Ver. Cassiá tem sido participante ativo da nossa CPI da Telefonia, o Ver. Ricardo Gomes está lá, na Frente do Empreendedorismo, do Ver. Camozzato também, e nós, os três, na Frente da Desburocratização. Quer dizer, nós estamos

envolvidos em todos os temas da Cidade, todos os dias. O Ver. Medina, o Ver. Freitas, na questão do idoso, sempre trabalhando. Então, quem diz que o Vereador não trabalha é porque não quer conhecer o trabalho que os Vereadores fazem, Ver. Paulinho, é porque quer desconhecer. Eu vejo o Ver. Paulinho lá na CUTHAB, interessado; o Ver. Dr. Goulart, na questão do transporte, do urbanismo, da moradia. Nós estamos, todos os dias... É enchente, a gente está lá na Zona Norte; é problema das microempresas, é problema de sinalização de rua. Então, alto lá! Denota, sobretudo, ignorância, desconhecimento dizer que os Vereadores trabalham muito pouco, ou não estão envolvidos com os temas da Cidade, é, acima de tudo, um desrespeito ao voto de cada um aqui, porque não é fácil chegar nesta cadeira. Não é fácil. Quem está aqui sabe, não desmereçam, senão é desmerecer a própria essência da democracia.

Para mostrar que não é muito, o Vereador tem direito de conceder um Título de Cidadão por ano numa cidade que tem 1,5 milhão de habitantes. A morte é uma consequência natural da vida, e que bom que as pessoas possam ser homenageadas depois que tenham deixado esta vida e deixado algum legado, que recebam uma homenagem, que sejam recordadas, que sejam reconhecidas. Quem melhor para fazer esse reconhecimento do que o Edil, do que o representante do povo da Cidade, do que aquele que recebe a delegação e a procuração dos seus concidadãos para fazer isso, Ver. Nedel? Num determinado momento, eu pensava o seguinte: “Ah, o Ver. Nedel está fazendo tantas homenagens!”. Depois eu também me apercebi de que há uma inteligência enorme por trás disso, porque, cada um que falece e que, eventualmente, pode ser um eleitor do Ver. Nedel que ele está perdendo, sete, oito, dez dos seus familiares ficarão gratos ao Vereador. Isso é bom também, qual é o mal que há nisso, não é verdade? Mais do que isso, fazer isso, Srs. Vereadores, eu chamo atenção para essa questão, é humanizar a Cidade. A rua não pode ser assim: Z1, D2, L4. Quem foi Corte Real, Vereadores? Quem foi Assis Brasil? Quem foram Protásio Alves, Demétrio Ribeiro, Eça de Queiroz? Ver. Tarciso, quem foi Abdias do Nascimento? Dar o nome das pessoas é, inclusive, estimular que os nossos jovens possam pesquisar e saber quem foram nossos vultos históricos. Abdias do Nascimento foi um almirante negro, dá nome ao viaduto. E não são só ruas. Nós nominamos praças, nominamos viadutos, nominamos obras de arte. Eu próprio estou buscando dar o nome da orla, que vai ser inaugurada agora, de Moacyr Scliar, que é um expoente da cultura e da arte. Fiz este projeto de lei

para dar o nome dele à nova orla, que vai ser inaugurada, e faço muito poucos projetos de lei.

Essa é uma prerrogativa nossa, sim, da qual não devemos abrir mão, nem nos render a esse lugar comum. Volto a dizer: homenagens são muito poucas, nós estamos, com isso, humanizando a Cidade, estamos fazendo com que os nossos jovens, ou até as pessoas mais velhas, conheçam mais a nossa história, porque vão procurar saber quem são essas pessoas. Só não entendo de tudo isso uma norma muito estranha que determina que só se pode protocolar o projeto três meses depois de a pessoa ter falecido. Realmente, eu não sei por quê, Presidente, pois não se tem notícia desde Lázaro, eu acho, ou da ressurreição de Jesus Cristo, de que alguém, depois de ter falecido, tenha voltado. Então não há razão de esperar três meses. Se a pessoa faz jus a que seja homenageada, ela poderia ser homenageada logo em seguida ao seu falecimento. Eu acho que aí, talvez, haja uma questão.

Por último, só quero pedir ao PSOL que vote contra, porque o próprio PSOL propôs o projeto de alteração do nome da Av. Castelo Branco. Não seria justo o PSOL, que tem explorado tanto esse tema nos últimos tempos, agora votar pela retirada dessa prerrogativa dos Vereadores, de nós mesmos podermos legislar a respeito dos nomes de rua da nossa Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/15.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, já que nós estamos falando de homenagens, eu quero começar homenageando o Ver. João Carlos Nedel. O Nedel é uma das figuras mais generosas que eu conheci em toda a minha vida. O Nedel, a despeito de estarmos disputando a mesma eleição para este mandato, jamais teve uma atitude egoísta, adversária, ou algo que maculasse qualquer tipo de conduta, naquela hostilidade típica do período eleitoral. Mais que isso, o Ver. Nedel, na sua generosidade, um dia, quando fui candidato a Prefeito, não sei se ele vai lembrar isso, mas eu vou lembrá-lo, às 7h30min de uma manhã de sábado, aparece na minha casa vestindo um abrigo e diz: “Vou te mostrar lugares em Porto Alegre que tu nem

imaginas". Começamos o passeio às 7h30min da manhã; voltamos às 19h. Eu, candidato a Prefeito, conhecendo lugares de Porto Alegre, para mim, inimagináveis. O Ver. Nedel tinha outro candidato a Prefeito, participando de um outro projeto. Um ato de generosidade e solidariedade humana, pensando no bem comum e no bem da Cidade. Ver.ª Mônica, fizemos toda a Zona Sul, e estou esperando há cinco pela Zona Norte, Vereador. O senhor está no SPC! O senhor está no seu sexto mandato, 24 anos como Vereador, e eu quero dizer que eu tenho muito orgulho de estar nesta Casa e ser seu companheiro de Legislatura, sobretudo por esta dedicação que o senhor tem à memória de Porto Alegre e, também, às comunidades e às pessoas que vivem nesta Cidade. Eu sei que o senhor é campeão neste tipo de legislação, que é indicar nomes de ruas, e sei também que um dos seus métodos é visitar a comunidade e ver pessoas que, nessas comunidades, foram expoentes, ajudaram a construir a história daquele pedaço de terra, daquele torrão. Este é um elemento subjetivo, que diz respeito à sua atitude como Vereador.

Eu estava conversando com o Ver. Prof. Alex Fraga, que não virá à tribuna, me parece, e que me falou da importância da participação popular. Eu acho que, num segundo momento – eu vou encaminhar voto contrário ao projeto que está sendo discutido –, colegas Vereadores, nós podemos buscar instrumentos legislativos que possibilitem a participação popular, a iniciativa legislativa popular para dar nomes a logradouros, praças e ruas da Cidade. A ideia não é minha, veio do Prof. Alex, e eu tenho que ser honesto no meu pronunciamento – honestidade intelectual acima de tudo, porque ele é o autor, mas eu abracei a ideia. De fato, a população de Porto Alegre pode ter mecanismos de democracia direta para propor, por iniciativa popular, essas homenagens, e nós podemos ver isso nesta Casa, podemos assinar juntos um projeto de lei, Vereador, sou parceiro para isso, pois achei uma ideia absolutamente oportuna.

Ver. Nedel, quero expressar para a cidade de Porto Alegre quem é o senhor. Esta Cidade precisa conhecer melhor quem o senhor é, já que o senhor conhece esta Cidade tão bem. É impossível nós, Vereadores, conhecermos Porto Alegre, uma cidade gigantesca – é um clichê, aliás, quem pensa que temos este dever, esta obrigação, porque só um deus onisciente para conhecer cada canto de uma cidade deste tamanho, mas devemos conhecê-la o máximo que estiver ao alcance da nossa capacidade cognitiva. Eu sei, por experiência própria, que um dos homens que mais conhece esta Cidade é o Ver. João

Carlos Nedel, um dos homens mais generosos que eu conheci em toda a minha vida. Vereador, muito obrigado pelo exemplo, muito obrigado pela sua conduta, muito obrigado por servir a Cidade, durante tanto tempo, com a aprovação e com o aplauso de seus eleitores. Estarei votando contra o projeto. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/15.

O SR. RICARDO GOMES: Sr. Presidente, meus colegas; todos nós sabemos que a população tem a classe política e os partidos políticos hoje em muito baixa conta. Nunca a política esteve tão mal-vista pela população como hoje, nunca os cidadãos deram tão pouca atenção à política como dão hoje, nunca os Parlamentos foram tão difamados como são hoje, mas eu posso dizer que não é em razão de nomearmos ruas na Câmara Municipal de Porto Alegre. Talvez seja um símbolo aproveitado por alguma razão, talvez para desqualificar ainda mais o Parlamento, fazer essa imagem de que Vereador só serve para dar nome de rua, o que desvaloriza este Parlamento. Nenhum Parlamento cresce com a subtração de suas competências. Queremos nos valorizar diminuindo nossa competência, isso não acontece, isso não é real. Não é por causa de nomearmos ruas que a política está mal, é por causa da corrupção, do descaso dos partidos com a população, da falta de coerência programática dos partidos. Não é pelo problema de darmos nomes às ruas. Dar nome a ruas é um procedimento que precisa ser feito.
Eu até estranhei, pois parece que há duas posições divergentes na bancada do PT. Deus sabe que a bancada do PT nem sempre vota unida, mas o Ver. Marcelo Sgarbossa parece relegar o nome de ruas a uma menor importância, algo que não seja digno desta Casa. A Ver.ª Sofia Cavedon parece elevá-lo a tão alta importância que precisa quase de um plebiscito em três turnos para escolher o nome de rua. Tudo bem, nós sabemos, nem sempre a nossa bancada vota unida, mas parece uma divergência profunda aqui. Nesta tarde, vimos muitas coisas. Aliás, têm sido comuns projetos que tiram competências de Vereadores, eu não esperava ver isso. Assim como eu não esperava ver o Ver. Valter Nagelstein, conhecido Vereador que representa o voto judaico em Porto Alegre, subir aqui e falar da ressurreição de Cristo. Acho que vimos uma conversão, ao vivo, da tribuna.

Por fim, dado que o Ver. Nedel, da nossa bancada progressista, é um dos que mais nomeia ruas, quero dizer que não acredito que essa seja a razão do Ver. Nedel fazer tantos votos, Ver. Sgarbossa. V. Exa. disse que um Vereador nomeia rua para fazer votos, é o que transparece da entrevista publicada, que se pode pedir retratação, eu suponho. O que dizer, então, do Bolsa Família? Essas políticas públicas não eram eleitoreiras, agora, nomear uma rua é ruim e eleitoreiro. Acho que precisamos entender que é um papel que esta Câmara faz em atender às pessoas que moram no beco R, na rua 2, na rua 4, e que não têm a dignidade que V. Exa e eu temos de ter um endereço. Ver. Nedel, eu proponho uma solução, para que fique tudo resolvido. Mantenhamos os nomes das ruas como estão. Esta Câmara, através da proposição de um Vereador, mantém os nomes das ruas. Ver. Sgarbossa, deixemos o Executivo nomear todas as ciclovias. V. Exa. não propõe nenhum nome e fica tudo justo. Assim, se acaba esta discussão, porque nós estamos aqui para defender a população de Porto Alegre, aquela que não tem, muitas vezes, o endereço que nós temos. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Só me permita dizer, Ver. Ricardo, que Jesus Cristo viveu, nasceu e morreu como judeu. Era rabino, respeitado e seguido como tal, portanto, essa é única condição a que eu acabei me referindo ali. Muito obrigado.
O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/15.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Preservo o seu tempo, Ver. Cassio Trogildo. Senhores e senhores, por gentileza, são todos muito bem-vindos, eu só pediria que, ordeiramente, entrassem no nosso plenário. Quando o Vereador terminar o seu período de manifestação, podem se manifestar da forma que desejarem.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Valter, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, municipários que estão chegando neste momento aqui na Câmara Municipal; eu queria

dizer nada mais, nada menos, não diferente do que tenho feito ao longo deste período em que, institucionalmente, tenho representado a Câmara como Presidente, desde o ano passado... Todos os Legislativos, Ver. Paulo Brum, Líder da minha bancada, têm como obrigação constitucional legislar, discutir, debater os projetos, Ver. Camozzato, e, depois, fiscalizar a sua execução. Acredito que esta questão da atribuição da nominação dos logradouros, que, já há muito tempo, não tem condição terminativa no plenário, não necessita ser alterada. Aliás, depois de extensa discussão ao longo do ano passado, nós avançamos, em maio deste ano, quando aprovamos uma resolução no plenário desta Casa que, além da denominação dos logradouros, estabeleceu que outras iniciativas teriam condição terminativa nas comissões permanentes. As denominações de próprios municipais, logradouros, vias e equipamentos já tinham condição terminativa nas comissões, e nós acrescentamos a inclusão de efemérides no calendário de datas comemorativas e de conscientização do Município de Porto Alegre, e de eventos no calendário de eventos de Porto Alegre e no calendário mensal de atividades de Porto Alegre. Isso vinha para o plenário e realmente utilizava, Ver. José Freitas, um espaço, talvez, dos mais nobres, que é o debate do plenário para proposições que não têm tanta relevância. As declarações de utilidade pública também têm condição terminativa nas comissões, e as premiações, com exceção do título de cidadão, então, o Troféu Câmara, a Comenda Porto do Sol, os diplomas de Honra ao Mérito, todas essas premiações também têm condição terminativa, Ver. Mendes Ribeiro, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nas comissões permanentes. Ficou, portanto, reservado o espaço da Ordem do Dia no plenário para aquelas matérias de menor relevância. Não que as outras não sejam importantes, mas têm menor relevância, por isso esta Casa fez a escolha de que elas tenham uma discussão terminativa num espaço da Casa que é as comissões, que são importantes e onde também há um espaço privilegiado para o debate. Mas elas não vêm para o principal espaço, o mais relevante, que é a Ordem do Dia, da soberania do plenário. Eu não sou de ficar criticando as iniciativas, mas acredito que, realmente, não vem ao caso, não seria de bom alvitre nós alterarmos esta que é uma atribuição histórica, não só deste Legislativo Municipal, mas de todos os Legislativos Municipais pelo País afora.

Entrando no mérito da questão, logicamente que é também uma atribuição importante a nominação de ruas. Só quem mora – eu ouvi o Ver. Nedel fazendo essa defesa – numa

rua que não é nominada, ou que tem o nome de uma letra, uma letra A, como existem mais de 300 logradouros, sabe qual é a dificuldade de receber uma correspondência, de ter que chamar o SAMU, ou se comunicar, ou ter o seu endereço, o seu CEP, que, muitas vezes, não é definitivo em função dessa questão. Acho que o Ver. Marcelo Sgarbossa tem os seus méritos na sua proposição, mas eu diria que não se faz necessária essa alteração, porque nós, juntamente com outras proposições, já delegamos uma condição terminativa nas comissões permanentes da Casa, e assim, acredito, deve continuar. Muito obrigado, um grande abraço.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/15.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu acredito que o Vereador-Presidente da Casa praticamente exauriu a matéria. Se nós observarmos, nós teremos que todas as comissões da Casa que se manifestaram pelo mérito, todas elas pugnaram pela rejeição da matéria. Eu diria que a Comissão de Constituição e Justiça não pediu a rejeição do projeto. Por que não o fez? Porque o Ver. Nereu D'Avila, que foi o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, de uma forma muito correta, considerando a competência da Comissão de Constituição e Justiça, declarou que o projeto, formalmente, podia tramitar, que inexistia óbice de natureza jurídica – óbice de natureza jurídica, repito. O óbice que existia era de natureza diferente, porque, acredito eu, que, de bom-senso, nós não poderíamos querer aprovar uma proposição que, primeiro, dá ao Prefeito a iniciativa de fazer a denominação dos logradouros e equipamentos públicos. Ora, o Prefeito já tem essa possibilidade da iniciativa, não precisa ser dada por lei, só que aqui é excludente: só o Prefeito poderia fazer isso. É um *capitis diminutio* à ação legislativa que não pode ser suportado, então não é por preconceito ou por nenhuma outra razão. Até, Vereadores, nós deveríamos considerar que essa matéria, à luz do que dispõe o Regimento, já estaria rejeitada com as quatro manifestações de rejeição nesse sentido. Está, desde o ano de 2015, tramitando aqui na Casa, está na hora de nós encerrarmos essa novela em que o protagonista central não conseguiu outro objetivo senão provocar essa positiva reação que a Câmara

Municipal, em conjunto, realiza, no dia de hoje, de rejeição a essa ação absolutamente contrária à valorização da ação legislativa. Quando nós aqui lutamos para que algumas das matérias que hoje são privativas do Prefeito possam também ser objeto de iniciativa legislativa, é com muita tristeza que eu vejo que prospera na Casa, porque formalmente assim é possível, uma matéria que, há mais tempo, já devia ter sido rejeitada. Que seja histórica a reunião de hoje rejeitando essa matéria. Era isso, Sr. Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 001/15.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas; quero saudar a chegada dos municipários e municipárias de Porto Alegre, que acabaram de concluir a assembleia geral que determinou a continuidade da greve. Quero explicar para os municipários que chegaram neste momento que nós estamos, há cerca de uma hora, debatendo um projeto de nossa iniciativa que trata da retirada da competência dos Vereadores, transferindo diretamente aos moradores de uma rua a colocação do nome da sua rua, ou seja, não precisa mais passar pelo Vereador, transferindo o poder diretamente para os moradores da rua. É esse o projeto que tramita desde 2015, de nossa autoria, que nós estamos debatendo. Então, sejam bem-vindos! É esse o papel da Câmara. Muitos Vereadores que subiram aqui disseram que a nossa proposta diminui o papel do Parlamento, e eu estou dizendo justamente o contrário. No caso específico, o nosso papel, agora, é derrubar os projetos de lei do Marchezan que vieram para esta Casa. Ele não quer retroceder retirando os projetos, portanto, cabe à Câmara o papel de terminar a greve, derrotando os projetos do Prefeito.
Eu quero entrar no tema específico dos nomes de ruas. Eu quero, com todo o respeito, dizer que escutei aqui um festival de falácias. Primeiro ponto: não deixaram que eu, como autor... Achei incrível! Logo que um projeto entra em discussão, geralmente o autor explica o projeto, mas uma série de Vereadores subiram aqui, Ver. Tarciso, e já começaram a esgrimir argumentos que não são verdadeiros. Ninguém está dizendo que o

Vereador não poderá ir até a comunidade, conversar com os moradores, ajudar a fazer a reunião. Não tem problema nenhum, o Vereador poderá ter um papel de protagonista na colocação de nomes de ruas. O que o projeto faz é tirar o Vereador como um caminho obrigatório, simplesmente isso. Dois terços dos moradores protocolam o pedido, e não mudamos a sistemática, continua via projeto de lei, então, não muda nada. Passará pelo Parlamento a definição, pelas comissões. Portanto, não há nenhuma diminuição no nosso papel, porque o nosso papel, na minha opinião, está aqui, coincidentemente com a chegada dos servidores e das servidoras. Nosso papel, ele é esse, muito mais esse do que um papel, digamos assim, mais burocrático, que é o de colocar nome de rua. Em nenhum momento, foi incrível escutar de grande parte dos Vereadores... o quanto é importante para uma pessoa ter o nome da rua. Mas quem discorda disso? Eu não discordo! Eu acho fundamental as pessoas terem o nome da sua rua. O Ver. Nedel se dedica a isso e está de parabéns! Nesta sistemática atual, precisa passar pelo Vereador. Mas por que manter isso? Eu tenho uma série de argumentos, mas tenho que registrar a presença, Ver. Nedel – alguns Vereadores não estavam aqui na Legislatura passada, mas quero lembrar que nós tivemos um caso emblemático daquela rua no bairro Guarujá, com apenas uma casa –, de um cidadão chamado David, morador desta casa que ficava num beco e implorou, me escreveu, me pediu para não colocar o nome de Cônego Aleixo, algo assim. Eu não tenho nada contra as pessoas serem homenageadas. Mas o único morador do lugar me pediu para não ser aquele nome e sugeriu outro. O senhor, mesmo assim, exercendo a sua competência, entendo isso, forçou e botou em votação. Infelizmente, a rua não teve o nome que o único morador desejava. Estou pegando um caso. Espero que não tenha sido a sua praxe, Ver. Nedel, de sugerir e impor nomes em ruas discordando dos moradores. Espero que tenha sido um caso muito isolado, e que o senhor tenha colocado o nome nas ruas com a concordância dos moradores. O fato é que, com a nossa proposição, nada muda, continua passando pela Câmara Municipal, apenas o Vereador sai da função obrigatória, não precisará mais depender assinatura do Vereador. Para os moradores, um ato de democracia direta, de empoderamento popular; repito, o Vereador poderá ir lá articular, mediar, poderá fazer o mesmo trabalho que faz hoje, simplesmente se retira a obrigatoriedade de passar pelo Vereador. Acho que, infelizmente, os que me antecederam foram contrários, mas vamos pensar com mais

calma e racionalidade. Simplesmente devolver o poder para a população, que é o que devemos fazer como Parlamentares. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o PLCL nº 001/15. (Pausa.) O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 001/15.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o Ver. Marcelo colocou aqui um fato acontecido, acho que em 2015, quando ele disse que eu coloquei um nome sem o consentimento de um morador que, naquela época, acho que nem morava ainda, tinha a única casa naquela rua. Vereador, V. Exa. não explicou por completo, e agora eu vou explicar. Eu coloquei o nome, porque me foi pedido pela comunidade, de uma pessoa realmente importante para aquela região, o Cônego Aleixo, que foi pároco na Paróquia Menino Jesus de Praga, na Paróquia Santa Rita e na Paróquia Nossa Senhora das Graças. O morador alegou que me enviou um *e-mail*, e eu não me recordo de ter recebido esse *e-mail.* Quando eu coloquei o nome, o projeto, ele veio falar comigo e eu disse: “Olha, eu já coloquei, e há um pedido da comunidade, eu não me recordo de ter recebido o seu *e-mail*, portanto, eu vou manter”. V. Exa. veio falar comigo, e eu disse que ia ter que manter, porque tinha um pedido da comunidade. Aí V. Exa. tentou colocar o seu primeiro nome de rua, V. Exa. fez um substitutivo, esse substitutivo veio a plenário, foi votado, e V. Exa. foi derrotado. O meu projeto veio à votação e foi aprovado democraticamente, Vereador; o substitutivo de V. Exa. não venceu. Eu acho que esse detalhe esta explicado. Eu não imagino que V. Exa. tenha colocado esse projeto em retaliação a minha pessoa, isso eu absolutamente não imagino. Mas eu quero dizer algo que é extremamente importante: nós temos um rol de Vereadores que também colocam nome de rua. O Ver. Adeli colocou a rua Perseu Abramo, um viaduto lá em Teresópolis; o Ver. Oliboni, lá no Campo da Tuca; o Ver. Idenir Cecchim, num loteamento junto ao nosso aeroporto; a Ver.ª Sofia colocou o nome da esposa do Mauro Knijnik; o Ver. Dr. Goulart, o Ver. Pujol colocou várias, os Vereadores gremistas, a rua Airton Ferreira da Silva; o Ver. Paulinho Motorista, lá em Belém Velho; o Ver. Delegado Cleiton homenageou várias pessoas; colocamos o nome da rua solicitado pela Sport Club Internacional, todos os Vereadores assinaram, o Ver. João Bosco Vaz

cuidou muito de colocar o nome do Medina, aquele carnavalesco, lá junto ao Beira Rio. Então, todos os Vereadores participam. Eu queria dizer, por exemplo, que o delegado de um bairro me enviou uma carta pedindo que colocasse um nome de rua naquele bairro, porque ele não poderia cumprir as missões de notificação dos meliantes. Ainda na sexta-feira, eu recebi a visita de um desembargador pedindo que colocasse um nome de rua na sua comunidade.

Hoje eu tento explicar como é que se solicita: eu tenho aqui a relação de todas as ruas existentes em Porto Alegre, as ruas não denominadas também, tem mais de dez mil logradouros para serem denominados. Eu, em 20 anos de mandato, consegui mandar 500 projetos, mas tem dois mil ainda. Ou seja, se levar nesse molde, vamos precisar de 80 anos para cumprir essa necessidade da população. Então, eu peço que os Vereadores ajudem a Cidade, que coloquem nome nas ruas, é extremamente importante. A Ver.ª Sofia falou de dar nome de mulheres. Por casualidade, hoje, as duas ruas que estão na pauta – Rua Maria Castanho Sirianni e Rua Irmã Maria Zancan – têm nomes de mulheres. Muito obrigado, solicito que o presente projeto não seja aprovado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 001/15, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Estou encaminhando como autor, mas acredito que falo também em nome da minha bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores. Ver. Nedel, não é um debate entre nós dois, acho que o senhor foi muito feliz em dizer que, obviamente, não fiz um projeto pensando em atingir o senhor, com certeza não foi isso. Se temos ainda duas mil ruas que não têm nome, está aí mais um motivo para dizer que não é nossa atribuição. O Ver. Prof. Alex me deu uma sugestão. Como colocarmos isso como um problema público? Eu não estou vendo nessas duas mil ruas da Cidade uma demanda, talvez muitas delas ainda nem tenham uma quantidade significativa de moradores, ou eles não estão incomodados em não ter nome de rua. Ou seja, se temos um problema público, e parece que temos, porque entendo a relevância da rua ter um nome, vamos tratá-lo institucionalmente, vamos à instituição, Executivo ou Legislativo, pensar no conjunto, e não delegar, o que de fato acontece, a apenas um Vereador que

tem o cadastro, para ele, num trabalho solitário, eu diria assim, e muito discricionário, eu diria assim, com uma certa ironia com o caso que nós citamos, tentar dar conta de um problema público, que é o caso de duas mil ruas que não têm nome, segundo o Ver. Nedel. Na polêmica de que nós tratamos, reconheço, perdemos no voto, e o único morador lá do bairro Guarujá acabou não sendo contemplado, o que mostra que o senhor não o escutou, o senhor ouviu a comunidade, mas não ouviu o único morador, aí vêm as falhas do sistema como ele está hoje. Escutou uma comunidade nas redondezas, não quero colocar isso em questão, vou até admitir que escutou, me lembro de uma lista de pessoas, mas não escutou o único morador daquela rua.

Não quero ocupar os três minutos, mas quero dizer que estou convidando a instituição, e não um Vereador específico, para uma nova sistemática, simplesmente isso, uma sistemática que empodera as pessoas. Nada mais, nada menos do que isso. Continua a sistemática dos projetos de lei, não estamos mudando isso, não será numa assembleia geral, numa discussão interminável, não, será num projeto de lei. Aliás, baseado na própria Lei Complementar, ou seja, dois terços dos moradores devem assinar abaixo-assinado e protocolar, o que já está previsto na legislação. Simplesmente retiramos o Vereador como um passo obrigatório para a tramitação do projeto de lei. É um pouco de exercício de democracia direta. É para isso que nós estamos convidando o conjunto dos Vereadores, sem pessoalizar, dizendo e reforçando que o papel de um Legislativo como o nosso e de todos os Legislativos é um papel nobre e que deve focar energias nisso.

Quero lembrar que a Rádio Bandeirantes fez um levantamento em 2015 e detectou que 56% dos projetos aprovados na Câmara tratam de nome de rua, homenagens e inserção de datas comemorativas. Nós sabemos, eles não passam pelo plenário, foi explicado pelo Presidente Cassio Trogildo, mas isso não retira o fato de que 56% do trabalho legislativo tem a ver com uma função que, no mínimo, precisa ser discutida. Nesse caso, 22% da produção legislativa da Câmara se refere à colocação de nomes de ruas. Acho que chegou o momento de pensarmos numa outra sistemática em que, mesmo que passe pela Câmara, no coloque, como acontece, nas costas de um único Vereador... Talvez outros, o Ver. Nedel citou que outros Vereadores já colocaram já colocaram nome de rua. Claro, a sistemática é hoje através do Vereador, mas, efetivamente, nós sabemos que são poucos os Vereadores que são dedicados a essa questão tão importante, portanto,

deveria ser tratada de forma institucional, não individualizada por um, dois ou três mandatos. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 001/15.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Presidente, boa tarde, colegas Vereadores, público presente; me parece-me que, deste debate, saltam duas conclusões. A primeira delas, e a minha posição, é que a Lei Orgânica do Município determina que cabe à Câmara de Vereadores legislar sobre essa matéria, sobre nomeação de ruas. Como o projeto do Ver. Marcelo Sgarbossa não altera a Lei Orgânica do Município, a gente teria um vício no projeto, uma inconstitucionalidade, apesar de eu concordar que, de fato, a gente poderia ter um olhar mais produtivo para essa questão, independente da minha discordância sobre o que afirma o Ver. Marcelo de que hoje está relegada a dois, três Vereadores. Cabe aos 36 Vereadores, e os 36 podem, se assim quiserem, nomear ruas. E me parece também que, do ponto de vista de processo administrativo, faz mais sentido termos 36 figuras podendo nomear ruas com um estoque tão grande de ruas a serem nomeadas do que centralizar em uma figura apenas, que seria a do Prefeito.
Do ponto de vista da produtividade, de vencer esta pauta, faz mais sentido ter mais gente podendo legislar sobre a matéria do que apenas uma pessoa. Eu proporia uma coisa além: para sairmos um pouco desse debate sobre se é um, dois, ou três Vereadores, se nome de rua está ocupando muito tempo do Legislativo ou não, talvez coubesse uma força-tarefa ao Legislativo. Seria juntar todo esse estoque de ruas não nomeadas, consolidar, fazer alguns pacotes, e que se pudesse vencer essa situação, que a gente pudesse sanar isso, dando dignidade para essa população que hoje tem dificuldade de conseguir colocar seu endereço, de conseguir cadastrar uma conta de luz, uma conta de água, de receber alguma tele-entrega em casa por conta disso. E a gente assim avança a discussão aqui no plenário.
Portanto, meu encaminhamento é negativo, é pela rejeição do projeto por conta dos vícios que eu apontei de inconstitucionalidade, já que o projeto está em desacordo na minha opinião. Fica a reflexão para que a gente saia desse debate um pouco grenalizado de se

cabe a um ou a outro, mas a gente tem que vencer essa pauta para o bem de Porto Alegre, para o bem dessa população de mais de duas mil ruas que estão hoje à mercê de ter nome de A, B, 2, ou 3. Enfim, prejudica muito. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o Memorando nº 40/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na reunião alusiva à Semana do Corretor de Imóveis, em Brasília, no dia 7 de novembro de 2017.
Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLCL nº 001/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 6 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**.

O Sr. Felipe Camozzato (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do Requerimento nº 175/17 e do PLL nº 101/17 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje, para que sejam priorizados na Sessão do dia 8 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.
Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h08min.)